

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Fev. 2003 03/02/03 Nº 327 Preço 0,70

• **Medalhas**
Remodelado o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas

página 12

• **IRS**
Saiba os limites a que deve atender a sua declaração de IRS relativa aos rendimentos de 2002

página 15

• **Acessibilidades**
A DECO/Pro-Teste visitou edifícios públicos analisando a sua acessibilidade

página 13

• **Assembleias Gerais**
Veja as datas das Assembleias Gerais Ordinárias das Delegações

página 6



PORTE PAGO

Audiência
ADFA recebida na Secretaria de Estado da Administração Interna



página 20

Entrevista
Direcção Nacional aponta linhas orientadoras para 2003



página 9

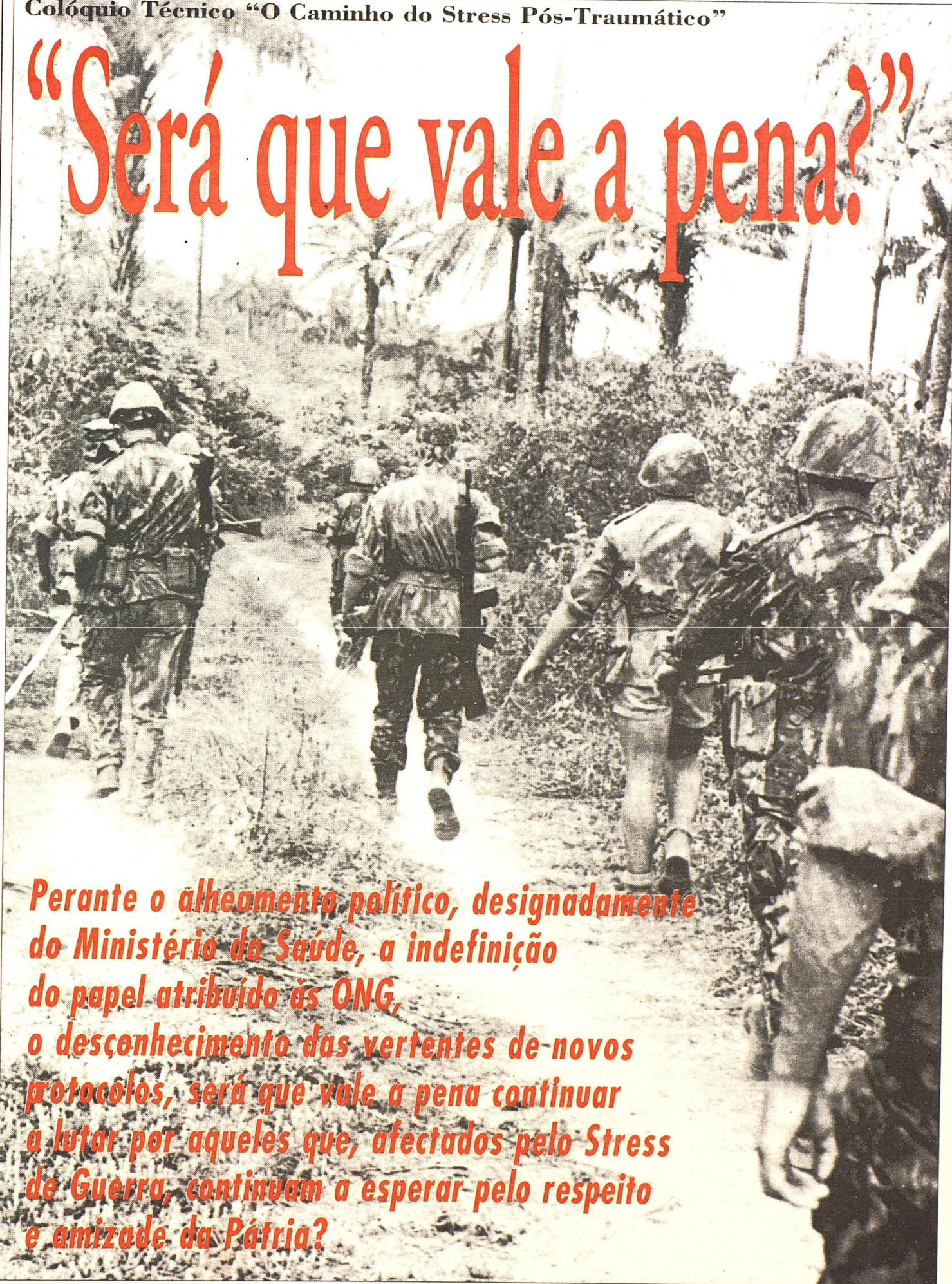
Testemunho
Vencer o Stress de Guerra



página 10

Colóquio Técnico "O Caminho do Stress Pós-Traumático"

"Será que vale a pena?"



Perante o alheamento político, designadamente do Ministério da Saúde, a indefinição do papel atribuído às ONG, o desconhecimento das vertentes de novos protocolos, será que vale a pena continuar a lutar por aqueles que, afectados pelo Stress de Guerra, continuam a esperar pelo respeito e amizade da Pátria?

página 11

2003

The European Year of People with Disabilities

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Universidade Independente organiza ciclo de conferências Portugal é acessível?

A temática da integração social do deficiente motor e a acessibilidade do País aos cidadãos portadores de deficiência foi o mote para a conferência organizada pelos alunos do quarto ano de Psicologia da Universidade Independente, no dia 22 de Janeiro, em Lisboa.

No âmbito da cadeira de Intervenção Social e Comunitária, os alunos Judite Morais, Manuel Coelho, Sónia Lopes e Tânia Machado, trouxeram à universidade Carlos Pereira, do SNRIPD, o arquitecto Jorge Falcato, da Câmara Municipal de Lisboa e a engenheira Clara Cidade Lains, da Portugal Telecom, para falar sobre uma temática que, segundo o arquitecto, "não é geralmente abordada no mundo académico".

Na sua apresentação, Falcato Simões abordou as características da acessibilidade de várias cidades europeias, destacando Barcelona como uma das que menos barreiras arquitectónicas mantém.

Descreveu também os tipos de barreiras "levantadas" pelos arquitectos, exemplificando com diapositivos de escadas, transportes sem adaptação e lancis não rebaixados, entre outros.

Para o arquitecto, esta cultura arquitectónica "obriga muitos habitantes a pagar uma "portagem de desconforto" para usar a cidade". Falou ainda dos problemas da standirização de medidas, abordando os estudos sobre "o homem

médio", que "excluem as pessoas com limitações físicas", sejam senhoras grávidas, idosos, ou pessoas com mobilidade temporariamente reduzida, além dos cidadãos portadores de deficiência.

Falcato Simões refere que as cidades inclusivas devem adequar-se à necessidades de quem lá vive e trabalha, "não devendo ser o cidadão a adaptar-se às condições urbanas".

A menor qualidade de vida e a existência de barreiras arquitectónicas levou, entre 1900 e 2001, a uma "fuga" das pessoas das cidades, continuou o arquitecto, sublinhando o exemplo de Lisboa, como cidade envelhecida.

"Os arquitectos têm consciência de que estão a excluir pessoas, porém isso não é debatido nas faculdades de arquitectura", acrescentou. Mas na responsabilidade de tornar as cidades mais acessíveis, as autarquias também devem assumir o seu papel, pois, segundo o arquitecto, são as entidades que licenciam as estruturas.



Clara Cidade apresentou a política de intervenção social da PT Comunicações, que possui um gabinete específico para este tipo de clientes desde 1991.

Um dos estudantes que integrou a organização do evento, Manuel Coelho, confessou já ter sentido as dificuldades de locomoção em transportes e na escola, uma vez que ficou temporariamente limitado pelo uso de canadias. •

RV

Breves

Pagamentos

A ADFa apurou, junto da Caixa Geral de Aposentações, que "a segunda fase" dos pagamentos da nova escala indiciária aprovada pelo DL 207/2002, de 17 de Outubro, se iniciará aquando da actualização de vencimentos e salário mínimo nacional, com reporte a Janeiro de 2003.

A Direcção Nacional referiu que "mais uma vez, que a não inclusão do posto de 2º sargento naquela escala indiciária não corresponde a nenhum processo de intenção relativamente àquele posto, já que, no momento da revisão efectuada com base no DL 328/99, de 18 de Agosto, aqueles militares logo foram equiparados aos vencimentos recebidos pelos seus camaradas da GNR".

Segundo o presidente da DN, Patuleia Mendes, "existe, contudo, uma injustiça relativa que recaiu sobre os DFA com o posto de furriel, dada a extinção deste posto, que o mantém à margem de quaisquer reclassificações remuneratórias, assunto que a DN tem em mãos e que irá estudar brevemente com os interessados e a Associação Nacional de Sargentos, para que se repare esta omissão para com aqueles nossos camaradas DFA". •

Mais barato

Os associados que ligarem dos seus telemóveis para os números 91 736 5219 e 91 736 5220, da central telefónica da ADFa, gastam o mesmo que se efectuassem as suas chamadas entre telemóveis. A rede Vodafone proporcionou à ADFa a possibilidade de incluir na central telefónica números de telefone para onde os associados clientes daquela rede podem telefonar sem gastarem o preço de uma chamada de telemóvel para a rede fixa, custando-lhes a chamada o mesmo que quando efectuada do seu telemóvel para outro da mesma rede (Vodafone).

Assim, os associados que ligarem dos seus

telemóveis pessoais para os números indicados passam a gastar nove cêntimos, em vez dos 29 cêntimos que gastariam para ligar do telemóvel para a rede fixa da ADFa. •

Rede Nacional de Apoio

Ao ELO chegaram dúvidas de associados sobre a alegada atribuição de cartões de utente da Rede Nacional de Apoio.

O jornal apurou, junto da Direcção Nacional, que referiu que "o que os Hospitais Militares da Armada e da Força Aérea estão a atribuir é um cartão de utente provisório, até que a Junta de Saúde respectiva avalie a situação do proposto antigo combatente, no sentido do reconhecimento, ou não, da sua afecção pela patologia do Stress de Guerra".

Segundo a DN, "no entanto, se o volume dos processos remetidos às direcções dos Serviços de saúde daqueles dois Ramos é de pequena monta, os enviados à Direcção dos Serviços de Saúde do Exército remontam a largas centenas, que levaram o Hmp a ponderar a emissão de cartões provisórios, com o risco de ser necessário retirá-los a alguns antigos combatentes nos quais não seja eventualmente encontrada a relação entre as suas alegadas perturbações mentais e o stress Pós-traumático".

No entanto e segundo o presidente da DN, "é possível que em próxima reunião da Comissão de Acompanhamento esta situação seja abordada, pois não é justa a diferença de tratamento, uma vez mais em desvantagem relativamente aos ex-militares do Exército".

Saldos OGFE

As Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE) informaram a ADFa de que, entre 14 de Janeiro e 28 de Fevereiro, está aberto o período de saldos para os clientes do Centro Comercial das OGFE de Lisboa e Porto (Casão Militar), que celebra 100 anos de existência. •

O outro lado do espelho

O Núcleo Regional do Sul da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC), vai realizar o "1º Encontro das Famílias da Paralisia Cerebral - "O outro lado do espelho", em 28 e 29 de Março.

A família da pessoa com paralisia cerebral ou outra deficiência tem características, necessidades e preocupações específicas. A organização entende este encontro como "um contributo importante para que na prática as nossas legítimas preocupações se dissipem, e possamos ter condições de dar ao nosso familiar a melhor qualidade de vida possível ao nível profissional, educacional, social e familiar".

A APPC afirma que "só em conjunto com os diferentes intervenientes na sociedade (decisores, profissionais de saúde, da educação, da reabilitação, e da comunicação social, estudantes, etc.) é que se podem encontrar as soluções para uma melhor e mais bem sucedida integração do deficiente na sociedade".

De acordo com o programa provisório, vão ser abordados temas como a etiologia da paralisia cerebral, o enquadramento jurídico e responsabilidade médica e institucional, o papel da sociedade civil, do Estado e das autarquias, o papel da família e as novas tecnologias. Será também apresentado um painel de comentadores especialistas de vários sectores e estará patente uma exposição das ajudas técnicas desta área. •

IASFA

A ADFa recebeu, em Janeiro, o Relatório de Actividades do Instituto de Acção Social das Forças Armadas relativo ao ano de 2001.

A publicação encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Informação da Sede Nacional da ADFa. •

RV

Agenda

Reunião em Famalicão

Na primeira 3ª feira de Fevereiro, dia três, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Núcleo de Braga

No 1º Sábado de Fevereiro, dia um, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Confraternização

No dia 1 de Fevereiro, Sábado, vai realizar-se um almoço de confraternização, organizado pela Associação Nacional de Sargentos, na Voz do Operário, em Lisboa.

Tomada de Posse

No dia 3 de Fevereiro, segunda-feira, pelas 17h00, vai tomar posse a Direcção do Clube do Sargento da Armada, na sua Sede Social, em Lisboa.

Reunião

No dia 11 de Fevereiro, terça-feira, tem lugar, no salão nobre da Sede da ADFa, uma reunião do CNRIPD.

Núcleo de Chaves

No dia 17 de Fevereiro, vai realizar-se a abertura das instalações do Núcleo da ADFa em Chaves.

Concurso de Pesca

No dia 23 de Fevereiro, Domingo, vai realizar-se um concurso de pesca, no Tejo, em Vila Velha de Ródão, organizado pela ADFa.

Noite de fados

No dia 28 de Fevereiro, sexta-feira, a Delegação de Lisboa organiza, no Edifício Sede, uma Noite de Fados, com jantar, pelas 20h00 e início dos fados pelas 21h30.

Reunião de associados

No dia 28 de Fevereiro, sexta-feira, pelas 18h30, a Delegação de Lisboa promove uma reunião de associados, para discutir assuntos que possam ser do interesse comum.

Reunião em Vila do Conde

No dia 1 de Março, vai realizar-se uma reunião de associados, pelas 10h00, no Centro de Juventude de Vila do Conde.

Reunião na Delegação do Porto

No dia 1 de Março, vai ter lugar uma reunião de associados, às 15h00 horas, na Sede da Delegação do Porto.

O ELO corrige

Por lapso, na edição de Janeiro, na agenda, na página dois, sobre a Ceia de Reis foi referido que se tratava de uma iniciativa da Delegação, mas aquela actividade foi organizada pela da Direcção do Núcleo de Guimarães. Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFa, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Alexandrina da Silva Ribeiro Araújo
Álvaro Coelho Reis
António Marques Cruz
João Mendes Cristóvão
José Correia Carvalho
José Manuel Queiróz Silva
Leonel Pires Simão
Maria Aurora Cunha Albuquerque
Maria Emília Duarte Liberato de Oliveira

ADFA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFa - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com

DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFa 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFa/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gardo, Armando Alves, Orlando Correia

DIRECTOR: José Diniz

REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado)

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Aníques Carvalho, António Carreira, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, Jaime Ferrer, João Gonçalves, José Maia, Nuno Santa Clara

CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro)

ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carriço

ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632

CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição

PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.ª C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263

MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFa Lq. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480

IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188

GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Registo da Publicação no ICS: 105068/77

Depósito Legal: 99595/96

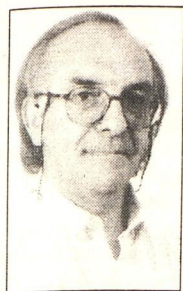
ASSINATURA ANUAL: 7,00

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFa ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 9 000

Grande Plano

O espelho da Lei...

Quem foi à guerra, quem sofreu os medos do capim em noites longas de vigia, quem sentia em cada aragem o deslizar dum frelino em aproximação, quem fez a comissão sem nunca se habituar por inteiro ao escuro da selva e ao ruído das feras, gastou da mente equilíbrio que agora, na meia idade, precisava para ser feliz.



Jaime Ferreri

O ministro Paulo Portas dizia, antes de ser ministro, que os combatentes foram dignificados pela sua acção e empenho. O tempo de serviço militar contaria para efeitos de reforma a todos os títulos... Mas parece que os responsáveis da Caixa Geral de Aposentações não concordam com o ministro... e no caso dos DFA parece ganhar cada vez mais corpo a ideia de que seriam tempos duplicados e que o Estatuto da Aposentação de 1972 não permitiria que a lei nove (será noventa fora nada?) fosse aplicada aos DFA.

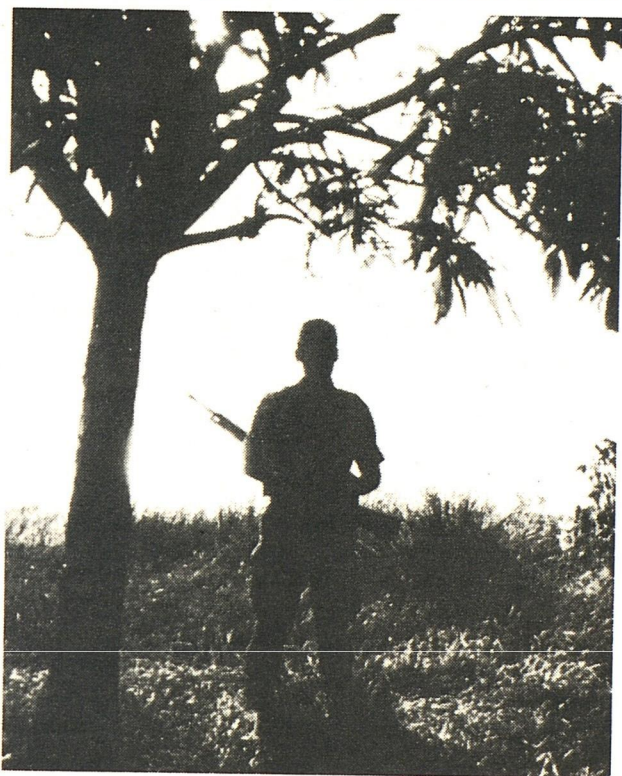
Também se sabe que do bolo da Caixa Geral de Aposentações saem milhões de euros para pagar pensões a políticos que para si votaram uma gratificação eterna sob a forma de pensão e que sai directamente dos descontos dos funcionários... Teria sido muito mais coerente que os políticos mais coerente que os políticos entre si se gratificassem criando um fundo autónomo descontado dos razoáveis (tendo em conta o que ganha o resto dos portugueses) ordenados que auferem. Todos sabemos que o pouco que os políticos ganham é proporcionalmente desmedido se comparado ao nada que a espessa maioria de funcionários leva para casa. Não venham com o choradinho de dizer que a CGA está de "tanga". Os responsáveis dela é que nos estão a dar tanga...

O estatuto da aposentação é do tempo de Marcelo Caetano mas tem as orientações da visão retrógrada do esbirro de Santa Comba Dão. Para África e com força só quis significar a insensibilidade com que o regime de então nos tratava. Em nome da Pátria, pátria que só era deles, que com ela enchiam a boca dos discursos, que por ela prendiam, maltratavam, degredavam os homens que se negavam a dobrar a cerviz, mandaram-nos à guerra para mostrar ao mundo a arrogância de país pequeno e subdesenvolvido.

Vimos de África corridos e sem glória, vimos de África estropiados, vimos de África em quatro tábuas que a bandeira cobria... Vimos mais mansos do que fomos transportando um peso, um medo permanente de que a guerra sobre nós de novo se abata... Vamos calando as raivas na espera de que as promessas se cumpram... Promessas que

cada ministro altera, acrescenta, garante. Depressa parte e leva-as consigo como se de um trofeu se tratasse.

Se não tivesse existido o 25 de Abril talvez alguns dos senhores que hoje são ministros ou secretários de estado o fossem da mesma forma. Conhecemos quem chegou aos corredores de S. Bento sem antes da nomeação ter dado nas vistas, sem antes de o ser tivesse mostrado acção relevante que justificasse sê-lo. O peso da família ou de um ancestral famoso arrasta para o poder mesmo o menos distinguido dos homens. Nesta legislatura ainda existem resquícios de pensares que nos levaram a África. Pela herança que os fez ministros ou secretários de estado, ou mesmo directores gerais, resta-lhes um último esforço, um lampejo pátrio que os faça reconsiderar que nem só são heróis os que vêm na história... das campanhas de África da década de sessenta há ainda heróis vivos que é preciso respeitar, que é urgente dignificar.



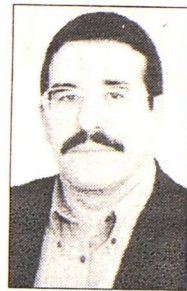
Quem foi à guerra, quem sofreu os medos do capim em noites longas de vigia, quem sentia em cada aragem o deslizar dum frelino em aproximação, quem fez a comissão sem nunca se habituar por inteiro ao escuro da selva e ao ruído das feras, gastou da mente equilíbrio que agora, na meia idade, precisava para ser feliz. Com que direito o mesmo político que ao fim de oito anos a si próprio reconhece o direito de estar cansado não atribui ao homem que foi à guerra o direito de partir oito anos mais cedo para a reforma para usufruir do contributo que

foi forçado a dar à pátria.

Sei que esta crónica não força os despachos a que os combatentes têm direito; sei até que haverá combatentes a julgar que é uma heresia eu falar assim dos políticos que temos ou fomos tendo; sei até que um outro nem sequer percebe o que eu quero dizer... mas um rio nunca se fez na foz nunca se definiu no mar... um rio começa gota a gota na montanha, a um fio de água outro se junta... E quando muitos formos rio, formos força, formos consciência, haverá menos terra virgem onde os políticos semeiem as falsas promessas e disso tirem rendimento. E quando formos a maioria faremos que a consciência deles se vergue à consciência que em nós descobriram. •

Editorial

"Apanhados pelo clima"



José Diniz

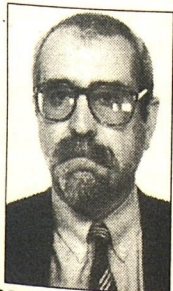
Após alguns meses de isolamento, um dia o soldado corneteiro teve uma alteração mais acalorada com um graduado, transtormou-se e, de G3 em punho, foi "entrenchear-se" no espaço entre as duas redes de arame farpado que envolvia o aquartelamento, ameaçando de morte todo aquele que tentasse aproximar-se. A situação era delicada, dado o estado de perturbação do indivíduo, e só o comandante da Companhia, usando de muita diplomacia e persuasão, logrou convencê-lo a abandonar o local e a entregar-lhe a arma.

Este episódio, passado há 35 anos num aquartelamento perdido nas matas do norte de Moçambique, ilustra bem a pressão psicológica a que os combatentes estavam sujeitos em situação de campanha: quer aqueles que tinham de aguentar a intensa actividade operacional correndo o risco acrescido do desgaste físico, das noites em branco no mato, da angústia de, a cada passo, poderem "tropear" numa mina ou numa emboscada quer aqueles que, fazendo parte dos serviços de apoio, se viam limitados, meses e meses seguidos, ao perímetro do arame farpado, como era o caso daquele soldado. À rotina entediante do passar dos dias, juntava-se ainda a ameaça permanente de um ataque ao aquartelamento que espreitava ali a dois passos por entre as árvores ou por detrás dos rochedos. Para desanuviar, muitos deles pediam para sair para o mato com os grupos de combate ou nas colunas de reabastecimento, pois era difícil suportar aquela espécie de clausura de portas abertas.

Ao fim de alguns meses de mato, operacionais e não operacionais manifestavam sinais de estarem "apanhados pelo clima", como se dizia na gíria da época. Os menos resistentes ao desgaste físico e/ou psicológico lá tinham que carregar os seus dramas contando apenas com o apoio do médico, do capelão ou dos seus camaradas; só os casos extremos eram evacuados. A força das circunstâncias e a total ausência de apoio psicológico adequado, obrigava a que os medos, as angústias, as privações, o stress do combate fossem recalçados ao extremo.

Depois do regresso da guerra, a maior parte dos "apanhados" conseguiu, felizmente, reencontrar o equilíbrio psicológico que lhes permitiu encetar uma vida profissional e familiar sem sobressaltos. Porém, alguns milhares, ou porque estiveram mais expostos ou eram psicologicamente mais frágeis, ainda hoje arrastam os seus pesadelos de guerra em vidas e famílias desfeitas. •

Episódios



Nuno Santa Clara

O equívoco

Todos sabemos que "nem tudo o que parece, é"; velho aforismo, semelhante a "nem tudo o que luz é ouro", e outros semelhantes. Esta história (verídica)

passou-se em longes terras, e teve por protagonistas duas figuras muito conhecidas na ADFA.

Numa daquelas deslocações de grandes deficientes a Hamburgo, para tratamento no excelente hospital militar alemão, seguia um cego bi-amputado, numa fase ainda de dependência, situação a que a sua forte determinação veio mais tarde a pôr termo.

A deslocação incluía uma escala no aeroporto de Bona-Colónia, e o nosso amigo teve que satisfazer uma pequena necessidade fisiológica. E lá foi ele, com o acompanhante dos deficientes, à casa de banho do aeroporto.

Aí não houve remédio senão solicitar a ajuda do acompanhante, e assim se fez: desabotoado, extraído, apontado, eis o

nosso amigo em vias de se ver aliviado.

É preciso idealizar a cena: um indivíduo de óculos escuros, rosto impassível, mangas do casaco dentro dos bolsos, escondendo a falta de braços (coisa que ninguém podia adivinhar), e alguém, ao lado, segurando solicitamente algo que, numa situação normal, seria da exclusiva competência do proprietário ter na mão, pelo menos à luz dos nossos saudáveis hábitos.

Neste preciso momento, entrou mais alguém na casa de banho, possivelmente um alemão, que ficou siderado ao ver a cena. Não se tratando de uma página de banda desenhada, não tinha legendas explicativas, pelo que o recém-chegado, vendo-se incluído no que agora se poderia chamar de "reality show", tirou as suas

conclusões, e ficou visivelmente chocado. Chocado e molestado, porque a vontade que tinha lhe passou, pelo que saiu de imediato da casa de banho, talvez com prejuízo para a sua saúde, mas sem que tal possa ser imputado aos outros dois intervenientes na curta cena.

Felizmente que o caso se deu em terras distantes, perante uma testemunha que, pelo cálculo das probabilidades, jamais deverá rever os outros intervenientes. Porque, se a coisa se tem dado neste cantinho à beira mar plantado, decerto a testemunha, que seria um habitante da Aldeia Grande, não deixaria de interpretar, ampliar e divulgar a cena, transformando um equívoco num "facto político", ou, quem sabe, associativo... •

Um Caso Humano

Quem se lembra da D. Laurentina? A D. Laurentina é uma senhora viúva e sem haveres. Foi com grandes dificuldades que depois do falecimento do seu marido, antigo combatente deficiente das Forças Armadas, conseguiu sobreviver, criou 11 filhos sem um tostão para o seu sustento. Hoje, graças ao esforço da ADFA, a D. Laurentina tem uma pensão de preço de sangue, que não chega para alimentação e vive numa casa de chão térreo, com uma lareira à entrada, do lado esquerdo, no chão, sem chaminé, que gera muito fumo.

A "casa" tem uma placa por onde se infiltra a água da chuva, a humidade e o frio do Inverno, com muita neve, tudo isto aliado à zona onde vive, em Eido, Monteiras, Castro Daire, no meio da serra!

Aos amigos, à ADFA, aos associados, apela-se à vossa generosidade e que contribuam com uma verba que não lhes faça falta, para ajudar a colocar o telhado e o cimento no chão térreo, a fazer uma lareira com chaminé. De certeza que com este gesto nos vamos sentir bem melhor

por sabermos que este membro da família ADFA vai ficar mais bem aconchegado, abrigado, pelo menos, da chuva e do frio das intempéries duras do inverno que se faz sentir por estas bandas.

Os donativos podem ser depositados na conta da Caixa Geral de Depósitos, n.º 0930046596830, ou enviados para a Delegação de Viseu. A D. Laurentina merece bem esta acção! •

A Direcção da Delegação

Associativismo

Quando nos isolamos, o desânimo aumenta e toma conta de nós. Mas quando nós associamos para resistir, a esperança renasce! Os problemas pessoais que cada um tem não são seguramente tão dramáticos mas afectam-nos mais directamente. Assistimos a uma perda de confiança nas pessoas, nas instituições e nos serviços públicos. As notícias sobre escândalos e corrupção, o sensacionalismo explorado pela informação-espectáculo, tendem a gerar revolta, pessimismo, a desanimar e alimentar uma atitude de indiferença relativamente aos outros; mas a esperança nunca morre!

Perante a desconfiança, a incerteza e o medo, podemos e devemos acreditar no futuro? Quem acredita nos valores e numa ADFA melhor não pode desanimar

e deixar-se levar pelo desencanto do relativismo moral, pelo contrário, deve ser coerente com os testemunhos de honestidade, seriedade e solidariedade. Deve unir-se para lutar contra a maré de desalento que parece, por momentos, submergir, e resistir, resistir sempre e cada vez mais. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas faz parte de nós, somos nós, na desigualdade, na diferença, a ADFA é só uma que nos une a todos e nos chama a participar a estar com ela e com Portugal! Por mais insignificantes que nos possamos considerar, o futuro depende sempre de nós. Para dar a volta por cima às situações de injustiça no seio da família deficiente militar, unamo-nos em volta da Associação dos Deficientes das Forças

Armadas no apoio à Direcção Nacional.

É tempo de união e de pacificação. Abramo-nos ao entendimento e que cada um de nós possa contribuir para manter viva a chama da esperança de ver no ano de 2003 uma ADFA forte e unida, exigindo do Governo, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional justiça no 134/97, de 31 de Maio, na resolução do serviço/campanha, deficientes em serviço, etc.

É tempo de união e de pacificação, é tempo de todos os Órgãos das Delegações e associados se unirem em volta da Direcção Nacional para que esta sinta e tenha a tranquilidade e o apoio necessários no diálogo com os governantes via à justa reparação dos deficientes militares. •

A Direcção da Delegação

Breves das Delegações

Madeira

Pagamento de Quotas

A Delegação da Madeira informa os associados residentes na sua área que aderiram ao pagamento de quotas por transferência bancária que, no dia 20 de Fevereiro, será efectuado o levantamento de 42,00 euros, referente ao ano de 2003.

A Delegação informa ainda que este pagamento só diz respeito aos DFA (cartão de risca vermelha) e aos GDFA (cartão de risca azul). •

Castelo Branco

Concurso de Pesca

No dia 23 de Fevereiro, Domingo, vai realizar-se um concurso de pesca, no Tejo, em Vila Velha de Ródão, organizado pela ADFA.

Viseu

Reuniões da Direcção

A Direcção da Delegação informa que reúne todas as últimas sextas-feiras do mês, a partir das 14h30.

Qualquer assunto que os associados queiram tratar, podem e devem expô-los ou comparecer às reuniões. •

Évora

VII Meeting de Orientação

Nos dias 1 e 2 de Fevereiro realizou-se o VII Meeting "Évora Património Mundial", uma prova de orientação pedestre, que conta para a Taça de Portugal e Troféu Regularidade da época 2002/03, organizada pela Delegação de Évora e pela Federação Portuguesa de Orientação (FPO).

A prova foi composta por um percurso de distância clássica, no Sábado, e outra de distância curta, no Domingo.

Nos escalões de competição de Juniores M/F até H/D40 inclusivé, foi utilizado mapa na escala 1/15.000 com equidistância de cinco metros, de Setembro de 2001 e actualizado em Janeiro 2003.

Nos restantes escalões de competição, escalões de formação e abertos, foi usado o mapa 1/10.000, com equidistância de cinco metros.

O director da prova foi Jacinto Eleutério e o juiz controlador Carlos Rouco. O regulamento seguido para a competição foi o que está em vigor na FPO para a época 2002/03.

A prova contou com o apoio da Junta de Freguesia de Torre de Coelheiros.

O ELO vai apresentar um desenvolvimento desta notícia na próxima edição. •

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

GRUPO CEO'S (SPCEM) Olímpicoallmentação, Olímpicovida, Olímpicoclinicas, Olímpicoente, Olímpicooturismo

Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

Sede Filiais

UD/SMP (Urgências Dentárias e Serviço Médico Permanente)

Todos os dias incluindo Sábados, Domingos e Feriados

APOIO DOMICILIÁRIO

ACORDOS

1.º - ADME	12.º - EUROPA ASSISTANCE
2.º - ADSE?	13.º - MEDIS
3.º - ANJOS DA NOITE	14.º - MAPRE ASSISTANCE S.A.
4.º - CABLES/DELPHI	15.º - M. JUSTIÇA / SS
5.º - CARES	16.º - MULTICARE/IC. SEGUROS
6.º - CGS/ICIT	17.º - PSPISAD
7.º - CIMPOR	18.º - REFER / FERNAVE
8.º - CRUZ VERMELHA	19.º - SAMS
9.º - EDP / SÁVIDA	20.º - SAMS QUADROS/SB
10.º - EMPRESAS CREDENCIADAS	21.º - SINTAP
11.º - EURO SAÚDE	22.º - WDA ALLIANZE

Av. Carolina Michaëllies, 30 R/C B & C 2795-049 LINDA-A-VELHA Tel.: 21-414 69 90-Fax: 21-419 40 59-Tel-m: 96-464 97 47 OEIRAS

Companhia de Caçadores 508 Guiné 1963

Pretende marcar um convívio

Contacto:
Moisés Paiva
(1.º Cabo N.º 858)
Telefone: 21 759 3631
TM: 96 904 2595

Núcleo de Santa Maria da Feira

Primeiro aniversário em convívio

O Núcleo da ADFA em Santa Maria da Feira completou, no dia 20 de Janeiro, um ano de existência.

A data foi assinalada pela Direcção do Núcleo, com a participação no cortejo promovido pela Câmara Municipal daquela cidade e com a realização de um convívio que

contou com a presença de associados e familiares.

Os associados Tavares e Laranjeira, acompanhados pelos elementos da Direcção do Núcleo, transportaram a bandeira da ADFA, integrados no cortejo, ao longo das ruas da cidade.

O Núcleo, que se encontra instalado na Rua Elísio de Castro, n.º 37/A, dispõe de telefone/fax cujo número é o 256 374 623, estando aberto no último sábado de cada mês, das 14h00 às 17h00, para apoio aos associados. •

Festa de Natal

Celebrar em família

O Salão Paroquial da Igreja do Carvalhido foi o palco de mais uma festa de Natal da Delegação do Porto.

A festa, que reuniu algumas dezenas de filhos e netos dos associados, teve lugar na tarde do dia 21 de Dezembro, contando ainda com a participação dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais, dos karatecas

(alunos da secção de Karaté da Delegação) e do Grupo "Os amigos da música", que proporcionaram aos presentes momentos de convívio e sã camaradagem.

Também não faltou o "Pai Natal", representado por um associado da Delegação, que foi recebido pelas crianças com alegria, pois

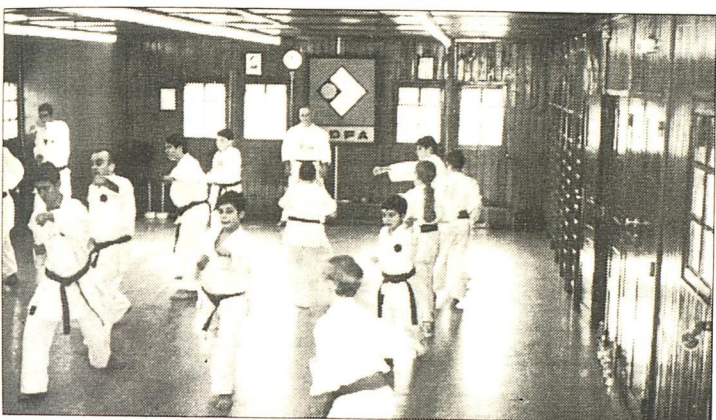
trouxe as prendas que todas ansiavam e que receberam com grande expectativa.

Uma vez mais se cumpriu o simbolismo do Natal, tempo de paz e harmonia. Espera-se que esta iniciativa se repita nos próximos anos e que sirva para aproximar cada vez mais



a ADFA, os associados e as suas famílias. •

AF



Lazer em passeio

Delegação organiza viagens em 2003

A Delegação do Porto está a organizar um conjunto de viagens, destinadas aos associados, familiares e amigos, no ano de 2003. Um passeio a Espanha, um cruzeiro no Douro e uma viagem aos Açores são as iniciativas propostas para Abril e Junho.

autocarro, o alojamento em Orense, em hotel de quatro estrelas, o almoço e o jantar do primeiro dia e o almoço do dia seguinte, o mini-cruzeiro no Rio Sil e a visita guiada à Ribeira Sacra e a Orense.

As inscrições têm como data limite o dia 15 Março.

Cruzeiro no Douro

No dia 10 de Junho, realiza-se um cruzeiro no Douro e no programa desta excursão está prevista a concentração na Estação de S. Bento, pelas 08h30, com embarque no comboio e partida para a Régua marcados para as 08h55.

Às 11h12 tem lugar a chegada à Régua, com embarque no cais da Régua pelas 12h00, com partida para o Porto.

O almoço será servido pelas 12h30 e pelas 14h00 o grupo chegará à barragem do Carra-

patelo. Pelas 16h30 chega-se à barragem de Crestuma/Lever.

A chegada ao Porto está prevista para as 18h00.

A data limite para inscrição nesta viagem é o dia 31 Maio.

Passeio aos Açores

A visita às ilhas de S. Miguel, Faial, Pico e Terceira tem como data limite para inscrição o dia 31 de Maio.

Os interessados podem consultar o programa na Delegação do Porto.

As inscrições devem ser efectuadas no Serviço de Atendimento, pessoalmente ou através do telefone 22 834 7201.

A Delegação está a organizar outros eventos de carácter recreativo e cultural, podendo os associados informar-se sobre os respectivos programas na Sede da Delegação. •

"Cão de assistência"

Efectuar a demonstração do cão de assistência especialmente treinado para dar apoio a pessoas com incapacidades físicas, foi o objectivo da demonstração levada a cabo pela Associação "nimas", no dia 18 de Janeiro, em Santa Maria da Feira.

A acção consistiu numa palestra proferida por um especialista espanhol e na apresentação de algumas habilidades efectuadas por alguns cães que se encontram em fase de

treinamento.

O cão de assistência é um animal que é treinado durante oito a dez meses sendo, mais tarde, submetido a um período de adaptação ao seu futuro dono e aos problemas específicos do mesmo, completando a formação aproximadamente ao fim de um ano.

As raças mais utilizadas para cães de assistência são o Lavrador Retriever e o Golden Retriever, pelo seu carácter afável,

dócil e agradável. Estas raças são as mais usadas mundialmente quer se trate de cães guia para cegos, cães para cadeiras de rodas ou cães empregados na terapia assistida por animais.

A Associação "nimas" pretende proceder à atribuição dos cães que actualmente se encontram em formação, desejando fazê-lo a pessoas com deficiência a quem seja reconhecida a sua necessidade. •

Reunião de associados

Convocam-se os associados do Núcleo para uma reunião nas suas instalações, a ter lugar no dia 8 de Fevereiro, pelas 14h30.

A reunião terá como objectivo apresentar as próximas actividades e informar os associados sobre os aspectos mais recentes da vida associativa. •

Agenda

08 de Janeiro - Reunião de associados, às 14h30, no Núcleo de Santa Maria da Feira, sito na rua Elísio de Castro, 37/A, Santa Maria da Feira.

15 de Fevereiro - Assembleia Geral Ordinária, às 14h30 horas, na Sede da Delegação do Porto, para apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas do ano de 2002.

17 de Fevereiro - Abertura das instalações do Núcleo da ADFA em Chaves.

01 de Março - Reunião de associados, às 10h00 horas, no Centro de Juventude de Vila do Conde.

01 de Março - Reunião de associados, às 15h00 horas, na Sede da Delegação do Porto. •

Museu Militar do Porto

"A Revolta do Porto" foi o tema da palestra proferida pelo major general Pezarat Correia, no dia 16 de Dezembro, no Museu Militar do Porto.

Pezarat Correia, que é natural do Porto, referiu as memórias herdadas de seu pai, que foi um dos intervenientes dessa revolta.

A ADFA fez-se representar no acto por elementos da Delegação do Porto. •

Karaté

Decorreram nos meses de Dezembro e Janeiro os exames dos "Karatecas" da secção da Delegação do Porto.

Esta actividade é frequentada por um grupo de cerca de 50 alunos, no ginásio da Delegação sendo a secção dirigida pelo monitor Gualter. •

Provedor Municipal do Porto

O provedor municipal do Porto para as pessoas com deficiência esteve na Delegação do Porto no dia 23 de Janeiro, tendo reunido com elementos da Direcção da Delegação.

O provedor deu a conhecer o seu âmbito de acção e fez referência às recomendações já apresentadas ao executivo camarário para solucionar problemas com que os deficientes se debatem na cidade do Porto. •

Freguesia de Ramalde

O professor Helder Pacheco, historiador da cidade do Porto, das suas gentes e da sua cultura, fez a apresentação no dia 23 de Dezembro, no salão da Junta de Freguesia de Ramalde, um livro "Porto livro de Natal".

Também no dia 17 de Janeiro, decorreu a assinatura de um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Universidade Fernando Pessoa, através do qual a Universidade se compromete a efectuar um levantamento da habitação degradada e o apoio à população nos cuidados de saúde e higiene oral.

A ADFA fez-se representar nestes acontecimentos. •

Convocatórias para as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação

Bragança

Nos termos do n.º 1 do art.º 49 dos Estatutos da ADFA, convocam-se os associados da Delegação de Bragança, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na Sede da Delegação, com início às 20h30, do dia 19 de Fevereiro de 2003, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do relatório de Actividades e Contas relativos ao ano de 2002; 2) Outras informações de interesse para os associados.

O presidente da MAGD
António Eugénio Fernandes

Évora

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do Art.º 49º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Delegação, a realizar no dia 22 de Fevereiro, com início às 10h30, nas instalações da Delegação, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades da Direcção da Delegação, do ano de 2002; 2) Apreciação e votação das contas de 2002, apresentadas pela Direcção da Delegação e respectivo parecer, do Conselho Fiscal; 3) Informações várias.

O presidente da MAGD
Inácio Augusto Carmelo Grazina

Faro

Nos termos do art.º 48 dos Estatutos da ADFA, convoca-se uma Assembleia Geral da Delegação de Faro, para apresentação e aprovação de contas e actividades da Direcção de Delegação de Faro e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação e Conselho de Delegação, relativamente à gerência do ano de 2002, no dia 21 de Fevereiro de 2003, Sexta-feira, pelas 18h00, nas instalações da Delegação de Faro da ADFA, sitas na Urbanização do Bom João, R. José de Matos, lote 11, R/C Esq., Loja A, 8000-488 Faro.

O presidente da MAGD
José António P. dos Santos Morte

Lisboa

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 49 dos Estatutos, convoca todos os associados desta Delegação, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar pelas 14h00, no dia 15 de Março de 2003, na cidade de Lisboa, no Salão da Sede da ADFA, sita na Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas do exercício de 2002; 2) Actuação da Direcção da Delegação de Lisboa sobre as grandes questões associativas de âmbito Nacional junto dos Órgãos Sociais Nacionais; 3) Parecer e sugestões dos associados da Delegação de Lisboa; 4) Informações gerais da Direcção da Delegação: vida associativa e funcionamento dos serviços da Delegação.

O presidente da MAGD
Adérito Pinto

Porto

A Mesa da Assembleia Geral de Delegação do Porto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas convoca todos os associados, nos termos do n.º 1 do Art.º 49º e da alínea b) do Art.º 50º dos Estatutos, para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 15 de Fevereiro de 2003, com início às 14h30, nas instalações da Delegação, Rua Pedro Hispano, 1105, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas da Direcção de Delegação e do Parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativos à gerência de 2002.

O presidente da MAGD
Henrique Rodrigues

Setúbal

Nos termos do n.º 1 do art.º 49 dos Estatutos da ADFA, convocam-se os associados da Delegação de Setúbal, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na Sede da Delegação, sita na Rua Almeida

Garrett, n.º 70, em Setúbal, com início às 14h00, do dia 14 de Março de 2003, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do relatório de Actividades e Contas relativos ao ano de 2002; 2) Outras informações de interesse para os associados.

O presidente da MAGD
Abílio Marques Loureiro

V. N. Famalicão

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação convoca os seus associados para a Assembleia Geral de Contas, nos termos do n.º 1 do art.º 49º dos Estatutos da ADFA, a realizar no dia 22 de Fevereiro de 2003, pelas 14h30, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção referente ao ano de 2002 e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação; 2) Discussão e aprovação da apreciação da execução do orçamento da Delegação sobre a proposta do Conselho de Delegação; 3) Diversos.

O presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma Silva

Viseu

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação, convoca todos os associados da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do art.º 49º dos Estatutos da ADFA para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 15 de Fevereiro de 2003, com início às 14h00, na Sede da Delegação de Viseu, sita na Praceta ADFA, Empreendimento das Magnólias, Lote 4-R/C Q, Bairro da Balça, 3510-009 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2002; 2) Outros assuntos de interesse.

O Presidente da MAGD
António Pais Ferreira

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Afonso Rodrigues Balas

Associado n.º 12237
59 anos
Faleceu no dia
02/01/03



Residia em Alvaiázere. Deixa viúva Maria Alcides Rebelo Marques. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 1556 e no Batalhão de Caçadores 1890.

Álvaro Moreira Ribeiro

Associado n.º 6754
50 anos
Faleceu no dia
13/11/02



Residia em Lordelo do Ouro, Porto. Deixa viúva Irene Costa Faria Ribeiro.

António Dias Silva

Associado n.º 3995
55 anos
Faleceu no dia
28/08/02



Residia em Malta, concelho de Vila do Conde. Deixa viúva Maria Arminda Gonçalves Silva. Serviu na Guiné, no Batalhão de Intendência 469.

António Conceição Moreira

Associado n.º 7320
56 anos
Faleceu no dia
16/12/02



Residia em Castanheira do Vouga, Águeda. Deixa viúva Maria Amélia Duarte Almeida. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 1977 e no Batalhão de Caçadores 1935.

António Moreira Barbosa

Associado n.º 6757
53 anos
Faleceu no dia
23/11/02



Residia em Lordelo, concelho de Paredes. Deixa viúva Arminda Moreira de Carvalho. Serviu em Moçambique, na Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Cavalaria 3837.

Joaquim Moreira Alves

Associado n.º 5103
51 anos
Faleceu no dia
22/11/02



Residia em Boim, concelho de Lousada. Deixa viúva Maria Carolina Nunes Pereira Miranda. Serviu em Angola, na Companhia de Comandos 2044.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Viagens com os associados

A Delegação de Lisboa está a organizar viagens para os associados nos meses de Março e Abril, respectivamente à Ria de Aveiro e a Andorra/Lourdes.

Nos dias 15 e 16 de Março, a Delegação leva os associados à Ria de Aveiro, com passagem no Casino da Póvoa de Varzim, para assistir a um espectáculo, e com uma visita e almoço na Fábrica de louça da Vista Alegre.

A Saída de Lisboa em direcção, pela auto-estrada, a Coimbra e Aveiro, tem lugar às oito da manhã. Em Aveiro, haverá tempo livre no centro da cidade e o almoço. Pelas 15h00 tem início o Cruzeiro pela "Veneza Portuguesa". Depois, o grupo dirige-se à Póvoa de Varzim. Em hora a designar, há uma saída para o Casino da Póvoa de Varzim, onde o grupo vai jantar e assistir ao espectáculo "Puro Cubano". A noite fica completa com um baile com a Orquestra do Casino.

No segundo dia, o grupo sai para o Porto e Ílhavo, com uma visita ao Museu da Vista Alegre e almoço na fábrica. Em hora a combinar, efectua-se o regresso.

O preço por pessoa, em quarto duplo, é de 150,00 euros, e o suplemento em "single" é de 20,00 euros. Incluídos estão a viagem em

autocarro de turismo, o almoço em Aveiro (com bebidas), o passeio de barco pela Ria, o jantar no Casino (com bebidas), o baile com a Orquestra no Casino, o alojamento em Hotel na Póvoa, o pequeno-almoço, a visita ao Museu da Vista Alegre e o almoço, o delegado da agência de viagens e as taxas e impostos.

Excursão a Andorra e Lourdes

A Delegação de Lisboa está ainda a organizar uma excursão a Andorra e Lourdes, de 23 a 27 de Abril.

No primeiro dia, a saída de Lisboa é às 06h30, em direcção a Setúbal, Montemor-o-Novo, Estremoz e Badajoz. O caminho continua para Talavera de La Reina, onde haverá um almoço em restaurante, com chegada a Zaragoza prevista para o final do dia (jantar e alojamento).

No dia 24 de Abril, haverá tempo livre para visitar a Basílica de N.ª Sr.ª do Pilar, com saída para Andorra (almoço e tarde livre para compras, jantar e alojamento).

No terceiro dia, o grupo sai para Foix, St. Giron, St. Gaudens, com chegada a Lourdes (almoço e tarde livre, jantar e alojamento).

No dia 26 de Abril, tem lugar uma visita, com guia local, a Lourdes. Pela tarde há

possibilidade de visitar a Gruta de Massabielle, percorrer a Via Sacra, ver a Igreja de St.ª Bernardette, a Basílica do Rosário e a Basílica Superior. À noite, o grupo pode participar na Procissão das Velas.

No último dia a saída faz-se em direcção a Lisboa, com passagem por San Sebastian, Burgos (almoço) e Vilar Formoso.

O preço desta viagem, por pessoa, em quarto duplo, é de 350,00 euros e o suplemento para "single" é de 76,00 euros. As crianças até aos 11 anos pagam 270,00 euros (desde que fiquem no quarto com dois adultos).

O pagamento pode ser efectuado em três vezes, sendo a entrada de 30 por cento (em caso de desistência, perde o retorno).

O preço inclui a estada em hotéis com pensão completa, a viagem em autocarro de turismo, as visitas conforme o programa, o delegado da agência de viagens, o passeio em Lourdes (com guia), o seguro de viagem, as taxas e os impostos.

Para marcações e informações sobre estas viagens os interessados devem contactar a Delegação de Lisboa pelo telefone 21 751 2600.

RV

Os associados pagam 2,00 euros e para os acompanhantes a entrada é gratuita.

O SAS está a organizar também uma deslocação ao espectáculo "My Fair Lady", no teatro Politeama, no dia 27 de Fevereiro, quinta-feira, pelas 21h30.

O Teatro Politeama concedeu um desconto de dez por cento no preço dos bilhetes, custando 24,75 euros aos interessados, que devem inscrever-se no SAS até ao dia sete de Fevereiro.

Reunião de associados

A Delegação de Lisboa está a promover uma reunião de associados no dia 28 Fevereiro, sexta-feira, pelas 18h30, "com a finalidade de apresentar, discutir e encontrar soluções para problemas com que, ainda, se deparam muitos associados", segundo a Direcção da Delegação.

"Comparece, discute, informa-te e participa", apelam os dirigentes da Delegação de Lisboa.

Visitas culturais

No âmbito do Projecto de Intervenção Cultural, o Serviço de Acção Social (SAS) da Delegação de Lisboa está a organizar uma visita ao Pavilhão do Conhecimento, destinada aos associados cegos, no dia quatro de Fevereiro, pelas 10h00.

O programa inclui uma visita guiada por um técnico do Pavilhão do Conhecimento e uma visita à exposição "O Cabelo".

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DE LISBOA

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues
Todos os dias, das 9h00 às 13h00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes

4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho

6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Dr.ª Teresa Infante - Todos os dias
Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra

Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

APOIO AOS SÓCIOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Dr.ª Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar das 9h00 às 18h00

CONVOCATÓRIA

Conselho da Delegação de Lisboa

De acordo com alínea b) do artigo n.º 52 dos Estatutos, o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação convoca o Conselho da Delegação para uma reunião ordinária a realizar no dia 01 do mês de Março de 2003, pelas 10h00, no Edifício Sede, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar a execução do Orçamento da Delegação relativo ao ano 2002; 2) Informações Gerais dos Órgãos da Delegação de Lisboa.

Nota: De acordo com a alínea d) n.º 1 do art.º 51, solicita-se às direcções dos núcleos que indiquem ao presidente da MAGD o elemento que representará o Núcleo nesta reunião.

O Presidente da MAGD
Adérito Pinto

Fados - Delegação de Lisboa - Fados Grande convívio associativo

28 de fevereiro, 6ª feira, 20h00

Fados a partir das 21h30

Preço por pessoa: 10,00

Refeição: bacalhau cozido com todos, pão, bebida, sobremesa e café

Jantar - 20h00 - Início dos fados - 21h30

Mesas limitadas a 100 pessoas

Reservas pelo telefone 217512600

A Delegação de Lisboa no contexto Associativo

O 4º Congresso ao decidir-se sobre a criação da Delegação de Lisboa, criou expectativas não só para os associados residentes na área geográfica da Delegação de Lisboa, assim como para todo o corpo social que é hoje a nossa associação, com dimensão Nacional e consciente do papel que tem que desempenhar como Organização não Governamental, na defesa e na qualidade de vida e integração específica dos Deficientes Militares assim como no contributo que deve dar na definição das políticas da reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência em geral.

Foi importante sem dúvida para o 4º Congresso, a necessidade de, finalmente, encontrar uma organização administrativa que libertasse a Direcção Nacional para que a mesma pudesse desempenhar cabalmente o seu papel como cúpula executiva da ADFA, aliás a última revisão estatutária de 1995, apontou sem dúvidas para a criação da Delegação de Lisboa que definitivamente desobrigasse a Direcção Nacional da gestão regional que a vinha manietando do seu papel primordial que lhe cabia no assumir das reivindicações dos Deficientes Militares, bem como das condições de qualidade de vida a que todos temos direito e que diariamente reclamamos.

Foi a partir destes pressupostos, que um grupo de associados assumiu em 12 de Julho de 2001, os destinos da 12ª Delegação da ADFA, expressos num programa eleitoral e num plano de actividades subsequentes.

A Delegação de Lisboa debateu-se assim com as seguintes grandes questões:

Associados totalmente divorciados da ADFA e sem qualquer expectativa para a solução dos seus problemas.

Uma profunda desumanização nos serviços prestados pela ADFA para com os associados, como se eles não fossem os verdadeiros donos da ADFA e não apenas utentes dos serviços que embora pagos em parte pelas suas quotas, sentiam-se atendidos como se estivessem num vulgar "guichet" da função pública.

Abandono pela ADFA dos Grandes Deficientes Militares, residentes no Lar Militar e total omissão interventiva naquela estrutura criada especificamente para os Deficientes Militares sem condições para residir em suas casas.

Inexistência da estrutura associativa de acordo com os "Artigos 57 e 58 dos Estatutos da ADFA" que fizessem a interligação dos associados dispersos na Grande Área de Lisboa e Concelhos Limitrofes, com a Delegação e com as estruturas locais (Cámaras, Juntas de Freguesia, Misericórdias e outras estruturas Médico Sociais).

Dezoito meses passados, pensamos que os objectivos que nos animam e os compromissos assumidos para com os associados foram basicamente alcançados, veja-se os Núcleos criados, a participação dos associados nas Assembleias e Reuniões de trabalho, o afluxo de associados à sua Delegação, o aumento do pagamento de quotas e recuperação de muitas atrasadas. Enfim os associados da Delegação de Lisboa, recomeçaram a ter esperança na sua Associação e não podemos de novo frustrar a nova vida associativa que renasceu e que perdurará daqui para a frente.

Mas será que estamos satisfeitos?

Com certeza que não!

A revisão do Decreto Lei 134, continua para todos os DFA uma miragem, mas que a persistência dos associados tornará uma realidade.

O Lar Militar continua como o encontramos em 2001 e apesar da nossa indignação apresentada aos Órgãos Sociais Nacionais e tendo sido objecto de decisão divulgada no Jornal ELO, corremos o sério risco de perdermos a curto prazo alguma capacidade de intervenção que o seu regulamento nos reserva e que é fundamental no presente e no futuro para nos acolher com as nossas pesadas deficiências.

Os Deficientes em serviço esperam já em desespero que a ADFA possa fazer algo por eles.

A alteração do conceito de Campanha, orientação fundamental do 4º Congresso da ADFA, continua imóvel no cérebro e na vontade política dos nossos Governantes.

Perante isto., não nos lamentamos nem o nosso rosto serve para um "rio de lágrimas"; restamos o que sempre tivemos que fazer desde 1974; lutar pela dignidade das nossas vidas e acordar as consciências que têm o dever de assumir os compromissos solidários para com aqueles que serviram a Pátria abnegadamente e que nunca aceitarão sem luta ser abandonados ou discriminados na sua procura de justiça.

Francisco Janeiro

Delegação de Famalicão

Festa de Natal da Delegação



A Festa de Natal da Delegação de Famalicão, realizada no mês de Dezembro, no dia 15, no Auditório da Associação Teatro Construção de Joane, em Joane, Vila Nova de Famalicão, reuniu cerca de 320 pessoas, incluindo associados, familiares e crianças. Foram distribuídas prendas a 162 crianças. A

manhã foi animada com um espectáculo de palhaços, procedendo-se no fim ao habitual sorteio de uma bicicleta e de um televisor. Nas rifas de Natal, os números premiados foram: 1º Prémio - 1317, 2º Prémio - 5428, 3º Prémio - 5644.

O terceiro prémio, um rádio despertador,

foi atribuído ao associado Francisco da Costa e Silva. "Os restantes prémios não foram entregues aos associados portadores das senhas premiadas por falta de pagamento das mesmas", informou a Direcção da Delegação.

RV

Ceia de Reis

Foram 62 os associados e familiares que, na presença dos Órgãos da Delegação e dos elementos dos Órgãos Sociais Nacionais que participaram na Ceia de Reis realizada pelo Núcleo de Guimarães, em S. Torcato, no restaurante "S. Torcato", pertencente ao associado Cunha.

A ceia foi animada, como em anos anteriores, pelo cantar das Janeiras e com um "pézinho" de dança tradicional.

Cartões de assistência médica ADFa

Os cartões de assistência médica da ADFa emitidos no ano passado devem ser renovados para o ano de 2003. A validade dos mesmos depende do mês pago de quota. O valor de aquisição do cartão mantém-se em 1,00 euro.

Consultas de Clínica Geral

As consultas de Clínica Geral na Delegação de Vila Nova de Famalicão vão sofrer uma

alteração no horário de atendimento. As consultas do Dr. Ricardo Lemos passam para as 17h00, à segunda-feira. "Esta alteração de horário deverá manter-se até ao fim do ano de 2003", informou a Direcção da Delegação.

Atendimento na Delegação

O horário de atendimento na Delegação de Famalicão é 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

Convocatória

Conselho de Delegação

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação convoca o Conselho de Delegação, nos termos da alínea a) do art.º 52º. dos Estatutos da ADFa, para o dia 22 de Fevereiro de 2003, pelas 10h00, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar e aprovar o plano de actividades e Orçamento da Delegação para o ano 2003, sob proposta da Direcção da Delegação; 2) Outros assuntos de interesse.

O presidente da MAGD

Venâncio Joaquim Quaresma Silva



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS



COMUNIDADE EUROPEIA

Fundo Social Europeu



Ministério do Trabalho e da Solidariedade
PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROMOÇÃO DE INSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CURSOS PARA DEFICIENTES

Abertura de Cursos de Formação Profissional em 2003 para Deficientes Motores, Deficientes Auditivos Ligeiros e Deficientes de outros Órgãos (M/F)

Cursos de: **Escritório Electrónico e Artes Gráficas**

Requisitos:

- 9.º ano de escolaridade, ou equivalente
- Idade entre os 16 e os 55 anos
- Nacionalidade portuguesa
- Desempregados

Condições:

- De acordo com a situação individual, os formandos poderão ter direito a:
- Bolsa de formação - 70% do ordenado mínimo nacional
- Subsídio de refeição
- Subsídio de transporte

Horário: 7h/dia das 9h30 às 12h30 e das 14h às 18h.

Certificação: Será conferido um **Certificado de Formação Profissional** aos alunos que tenham sido aprovados no percurso de formação.

Estágio: Todos os finalistas terão um **estágio remunerado** numa empresa, com a duração de **9 meses**.

Início: Os cursos têm início previsto para **Março de 2003**.

Inscrições até 28 de Fevereiro de 2003

Informações e inscrições pelo telefone / fax: 21 757 31 07



Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Francisco Cardoso Pessoa

Associado n.º 1255
52 anos
Faleceu no dia
05/10/02



Residia em Lisboa. Deixa viúva Lúcia Natália Pimentel Costa Pessoa.

Vitor Nobre Vicente

Associado n.º 11700
54 anos
Faleceu no dia
15/11/02



Residia em Silves. Deixa viúva Maria Teresa Coelho Rodrigues Vicente.

Zélia Victória Ribeiro

Associado n.º 15186
83 anos
Faleceu no dia
19/12/02



Residia na freguesia de Castelões, concelho de Tondela.

Opinião

Consolidar a alma que nos move

Algumas chamadas telefónicas, um ou outro contacto pessoal para que explicasse a iminente saída da ADFa. Pelo telefone já há muito me habituei a não dar crédito a quem se esconde a mandar recados sob voz disfarçada. Confesso que mói, mas não dá para matar... Por enquanto!...

Naturalmente que estarei sujeito a deixar a ADFa mesmo que não queira. Sou portador de deficiência grave. Estou preparado para a partida. Não sabia é que o meu embarque, obviamente inevitável, suscitasse tamanha excitação. É interessante como o desejo camuflado de alguns, já por diversas vezes manifestado em palavras e actos, de repente sossega e novamente volta a ganhar forma.

Estes abanões da minha saúde, deixa certa gente ansiosa e logo numa altura em que a Delegação de Coimbra passa por uma fase de renovação e com ela se está conseguindo crescimento, atingindo resultados deveras satisfatórios.

O que posso dizer à curiosidade geral, é o seguinte:

- Sou um cidadão livre, pelo que trabalhei em termos profissionais, quer na minha condição de deficiente, onde me desejarem os associados e onde e como julgar que disponho de condições para cumprir as obrigações.

Sinto-me de corpo e alma, mesmo fragilizado, abanado pela puta da deficiência, que me desafia, que me massacra que me corrói o corpo, com o projecto associativo que apoiei.

Nem a morte poderá evitar que me bata até ao último suspiro pelo compromisso que desde há muito assumi com os Órgãos Sociais eleitos, com os associados e familiares e com os leitores do ELO em geral.

Quando um dia deixar o posto de combate, não será nunca pela fuga, pela difamação, pelos telefonemas anónimos, pelo medo dos cobardes, pelas ameaças.

Quando eu sair nada estará perdido, e tal me consola...

A ADFa manter-se-á e esta equipa de Coimbra que pegou no nado morto e deu vida a uma Delegação moribunda de rosto, alma e conteúdo, saberá, com os que cá estarão, consolidar a alma que nos move e fará respirar para sempre.

José Maia

Patuleia Mendes, presidente da DN, em entrevista ao ELO

ADFA: de todos, com todos, para todos



No início do último ano de mandato, o presidente da DN, Patuleia Mendes, faz uma abordagem à actual situação associativa e aponta as linhas condutoras que a Direcção Nacional, com a ajuda das delegações, traçou para 2003.

ELO - Como responde às críticas que se referem ao controlo do ELO pela Direcção Nacional em termos de conteúdos?

Patuleia Mendes (PM) - O ELO está responsabilizado pelo seu Regulamento, aprovado em Conselho Nacional, que fixa as balizas em que o director se deve alicerçar para estabelecer a linha editorial dos conteúdos do jornal.

Nunca a DN, directamente ou através do seu representante junto do ELO, deu quaisquer orientações ao director ou à equipa do ELO para dirigir o seu sentido informativo.

No entanto, recentemente, um artigo que o director considerou que ultrapassava a sua capacidade de decisão, por atentatório da normalidade estatutária, bem como ofensivo e lesivo da dignidade dos Órgãos democraticamente eleitos, foi levado à consideração da DN, que entendeu a sua não publicação na edição imediatamente seguinte.

Os autores decidiram depois a sua não publicação, facto a que a DN é totalmente alheia, não lhe competindo analisar por que razão.

Cumprir realçar a total confiança que a DN continua a depositar no director, confiança essa que o Conselho Nacional, por unanimidade, sancionou.

ELO - Que posição assume a DN face aos movimentos de associados?

PM - A DN nunca pôs obstáculos a reuniões de associados, ainda que não estatutariamente consignadas, em que se pretendessem tratar de assuntos de interesse que respeitem a sectores específicos dentro do todo associativo. Não tendo estado contra isso, continuamos a entender que os problemas dos deficientes militares devem ser tratados dentro das instalações da ADFA e movimentados pelos seus associados que se mantenham no pleno gozo dos seus direitos, nomeadamente com a sua quotização regularizada.

Já não entendemos que dessas reuniões para assuntos específicos, que, insistindo, sempre apoiaremos, se passe notícia para quaisquer órgãos de comunicação social ou com entrega de documentos a entidades públicas invocando o nome da Associação e em acção de perfeita concorrência com os Órgãos eleitos, únicos a quem compete estatutariamente levar ao exterior as preocupações de todos os associados da ADFA.

Por outro lado, o ELO, se bem que meio por excelência do debate interno dos associados, não pode servir de "jornal de parede"

ou "de caserna", como veículo de transmissão de opiniões anti-estatutárias e arauto de desrespeito a órgãos eleitos ou de ofensas pessoais, uma vez que, assim sendo, se torna um elo de desunião associativa e de descrédito junto da opinião pública e organismos oficiais onde é regularmente lido.

Sintetizando, com o apoio e em apoio dos órgãos eleitos, (e o apoio abrange o sentido construtivo da crítica), com a movimentação associativa subordinada às normas estatutárias, e com o diálogo franco, leal e portador de mais-valias para o desenvolvimento da ADFA e dos direitos dos seus associados, esta Casa está aberta a todo o conjunto de associados que queiram colaborar para o engrandecimento da nossa Associação e da melhoria da qualidade de vida daqueles que a constituímos.

ELO - Recentemente a DN reuniu com os presidentes das delegações. Quais são as prioridades que definiram?

PM - As prioridades que a DN entende partilhar com as direcções de todas as delegações nas chamadas reuniões de executivos, que, note-se, não têm suporte estatutário, mas correspondem à necessidade que a DN sente de algum aconselhamento periódico por parte dos eleitos que têm necessariamente a interpretação do sentir dos associados das suas áreas, até porque a DN deixou de ter contacto directo e corrente com os associados, a partir da data em que os mesmos, em Lisboa, passaram a ser exercidos pelos Órgãos Sociais da delegação de Lisboa.

Esta DN nunca confundiu nem confundirá a informalidade daquele aconselhamento, no intuito de tomar as deliberações que lhe cabem, mas que entende dever partilhar, com a execução das decisões do CN, que obrigam a DN, contrariamente às reuniões de executivos, que apenas sugerem e aconselham.

ELO - E que prioridades foram definidas para este ano?

PM - As prioridades emergentes das reuniões de executivos têm que ver com a gestão corrente da ADFA, o partilhar do

interesse geral na administração e uma gestão, quer financeira, quer de pessoal, em subordinação aos orçamentos aprovados pelos CN e Conselhos de Delegação, tendo como pano de fundo o intuito de coesão no relacionamento entre a DN e as direcções de todas as delegações.

Sublinhe-se que, se por um lado o Órgão executivo nacional é a DN, não podendo esta ser prisioneira nem promíscua com nenhuma das delegações, por outro há que salvaguardar uma política financeira e de pessoal coerente no todo da Associação.

Por exemplo, a nível do cruzamento da gestão financeira com a gestão de pessoal, a DN elaborou, em conjunto com as delegações, uma nova grelha salarial que eliminará as injustiças da existência de trabalhadores com a mesma categoria e uma panóplia diferenciada de vencimentos, havendo até casos de serem menos remunerados alguns dos que há mais tempo nela permanecem. Esta grande acção, de arrojo e futuro, só não foi ainda implementada porque, até 31 de Dezembro de 2002, não foi possível conhecer qual o montante do subsídio atribuído à ADFA pelo MDN com referência ao ano de 2003.

ELO - Que projectos vão desenvolver neste próximo ano de mandato?

PM - A DN definiu a sua acção para o presente mandato em três fases: 2001 - "abrir"; 2002 - "inovar"; 2003 - "concretizar".

Embora as três fases não sejam estanques e perfeitamente enquadráveis na sua totalidade a cada um dos anos a que se reportam, a verdade é que a DN espera que a grande parte dos projectos que tem em mãos obtenham solução definitiva no ano 2003, ou, pelo menos, a garantia de que os mesmos vão inequivocamente ser concretizados.

Sabe-se que é um ano de eleições na ADFA e todas as situações devem ficar tão clarificadas e transparentes quanto possível, para que as equipas que encaminhem os destinos da ADFA nos três anos seguintes não tenham constrangimentos de funcionamento e de carácter financeiro, em filosofia assente na ampla e descomplexada participação associativa.

ELO - Poderia fazer um balanço sobre a situação reivindicativa?

PM - Este mandato tem tido um problema complexo de relacionamento com o MDN, o que, não servindo de desculpa, tem sido um factor ponderoso para a ineficácia da concretização legislativa das reivindicações da ADFA. O facto de, em dois anos de mandato, a DN se ter confrontado com três equipas diferentes no Ministério, uma das quais decorrente de eleições e mudança de governo, foi redutor para que pudessem equacionar-se negociações e os respectivos compromissos que levassem à publicação de diplomas que promovam a reparação das injustiças por que pugnamos.

Relativamente à actual equipa do MDN, empossada no início de Abril de 2002, vai sendo tempo que seja definida, em parceria com a ADFA, a estratégia e calendarização das reivindicações que a DN colocou em cima da mesa do diálogo, e que são conhecidas dos nossos associados, por terem sido por diversas vezes difundidas.

No entanto, quer as promessas do ministro, em Famalicão e nos Açores, quer as do secretário de Estado, na sua visita à Sede e na entrevista publicada no ELO de Dezembro, não estão a ter o eficaz desenvolvimento na área técnica do MDN, o que já levou à correspondente manifestação de desagrado pela DN.

O impasse que se verifica, não sendo da área política, arrisca-se a que, perante os associados da ADFA, a DN fique assim desconsiderada e tida por incapaz de reivindicar a concretização das promessas que lhes apresentou no acto eleitoral e nas quais confiaram, bem como ao descrédito do ministro e do secretário de Estado, que publicamente assumem compromissos que a máquina administrativa se encarrega de emperrar.

ELO - Considera que com o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) poder-se-ia chegar mais longe?

PM - O CCADFA, órgão privilegiado do debate das questões que têm que ver com os problemas dos deficientes militares, onde se vinham sentando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), representantes dos três ramos das Forças Armadas e a ADFA, reuniu pela última vez em Fevereiro de 2001. Na realidade, a lei orgânica da Defesa Nacional, que criou o Conselho Consultivo dos Antigos Combatentes (CCAC), pretendia eliminar o CCADFA por integração no CCAC, o que só não aconteceu por oportuna e insistente reclamação da DN. No entanto, o CCAC estava na dependência directa do ministro, enquanto que o CCADFA continuava dependente da DGPRM. Porém, este, mesmo que não extinto, não voltou a reunir.

A partir da posse do actual Governo, verifica-se que nenhum deles foi convocado, o que configura alteração de posicionamento relativamente a este tipo de relacionamento do MDN com os deficientes militares e antigos combatentes. A DN continua a reivindicar a continuidade do CCADFA, porque os nossos problemas são específicos da deficiência e temos deficientes militares que não foram combatentes.

ELO - Sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, que intervenção vai ter a ADFA?

PM - A ADFA foi eleita, pelas 13 associações que têm assento no CNRIPD, para integrar a Comissão Nacional de Coordenação do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

A nível de actividades, os meios são escassos e a DN entende que as delegações da ADFA, mais do que promoverem actividades isoladas, se devem empenhar profundamente nas comissões distritais, coordenadas pelos governos civis e das regiões autónomas, com a divulgação dos objectivos e a visibilidade da pessoa com deficiência em acções da maior envergadura, que movimentem a sociedade civil (autarquias, associações de deficientes, empresariais e outras, tal como personalidades locais) para que as populações e a comunicação social se dêem as mãos naquele que se pretende que seja, no futuro da Europa, o ano da viragem da reabilitação. •

Rafael Vicente

Mário Inácio, associado que venceu o Stress de Guerra

Não podemos aceitar a solução biológica para o Stress de Guerra

Um testemunho de quem sofreu a Guerra Colonial em Moçambique e na Guiné e que regressou para viver o inferno do isolamento. A prova de que, com o devido apoio, é possível dominar os traumas do combate. Mário Inácio fala de si e da sua experiência como vítima do Stress de Guerra, com a autoridade e a emoção de quem viveu 30 anos em luta permanente.

Rafael Vicente

Tem 55 anos, é alentejano de Saboia, Odemira, pai de duas filhas e avô de uma bebé com 13 meses. Mário Inácio dedica-se à família e aos projectos mais diversos, sempre na área da intervenção social. A pesca de mar é um passatempo que mantém num barco que ele próprio construiu.

Este associado tem uma vida ocupada, entre Vila Nova de Milfontes e Lisboa, e tem uma história de sucesso em que saiu vencedor na luta contra uma doença há pouco tempo oficialmente reconhecida: o Stress de Guerra.

Apesar de ter controlado as tensões provocadas pelos traumas de guerra, ainda é com emoção que conversa sobre o seu passado em dois teatros de operações, Moçambique e Guiné. Gosta de poder contar a história da sua reabilitação.

"Entre na tropa em Janeiro de 1967, no Regimento de Caçadores Pára-quedistas, em Tancos, onde recebi instrução e os cursos de combate e para cabos".

Na Guerra Colonial

Foi colocado em Moçambique, em Maio de 1968, no Batalhão de Caçadores Pára-quedistas n.º 31. "Em Moçambique era complicado", comenta. As grandes distâncias, uma guerra "de pura guerrilha", com um desgaste muito grande para as nossas tropas, "principalmente a nível psicológico", eram factores que não condiziam com o início de vida no Alentejo.

Mário Inácio realça as incursões para atacar bases inimigas, sujeitos a emboscadas,

que "muito contribuíram para o nosso desgaste físico e psicológico, com o que eles contavam".

Da comissão moçambicana, Mário Inácio mostra uma fotografia em que, numa operação de ataque a uma base inimiga, "pensávamos que o factor surpresa nos favoreceria". Eles esperavam-nos e o confronto durou várias horas. "Eram zonas de alto risco, onde os aviões e os helis não podiam pousar - os sacos de água lançados pelos helis ao tentarem abastecer-nos rebentavam nas rochas, perante o nosso olhar impotente".

"A falta de água e de desinfectante para a água estagnada que muitas vezes bebemos trouxe-me grandes problemas", acrescenta.

No vale de Miteda, onde apenas havia uma entrada ladeada por dois morros fortemente guardados pelo inimigo, "para chegarmos ao aldeamento disperso no vale, eles deixavam-nos passar, mas, uma vez lá dentro, era o inferno".

"Flagelavam-nos com armas e com gritos que, naquela situação de isolamento e de desgaste, nos atingiam como balas", recorda com angústia. "Os teus pais deviam estar aqui também", ou "vocês são filhos da puta", entre outras agressões verbais, "podiam ouvir-se durante dias seguidos". Durante a noite, para não serem atingidos pelas armas inimigas, deslocavam-se de duas em duas horas, com curtos períodos de descanso, "o que contribuía para a nossa instabilidade". E esta era apenas uma das experiências de guerra.

"Na Guiné era pior"

Voltou à metrópole antes do fim da comissão, convidado para integrar o curso de sargentos. "Mal sabíamos que, depois do curso, de um contrato de mais três anos, seríamos colocados numa companhia que, em Junho de 1970, seguiu para a Guiné", refere. "Fomos obrigados, por ordem de serviço, já no terreno, a integrar o Quadro Permanente", sublinha e recorda que "o nosso lema era não virar a cara para o lado, éramos uma família disciplinada e coesa".

"Na Guiné era pior, só actuávamos em pelotão ou bi-grupo, em operação relâmpago ou de assalto, ao contrário das operações em Moçambique, onde nos deslocávamos em companhia", precisa. A guerra estava à porta do quartelamento. "Em Bissau, ouvíamos os ataques a povoações e quartelamentos e víamos, de noite, o clarão dos rebentamentos", acrescenta.

"Andávamos sempre com o coração nas mãos, convictos de que aquela guerra não era possível vencer, sempre em contacto com o inimigo e os que estávamos a comandar precisávamos de arranjar forças para nós e para os outros", salienta.

Mário Inácio recorda "os olhos dos camaradas do Exército, quando chegávamos. Éramos a esperança deles". Interrompe para acusar o País de ter sido "ingrato, cruel e desumano para com estes combatentes" e que "tardamente se está a remediar o esquecimento".

Lembra-se dos homens "apáticos, arrasados e sem reacção aos ataques". Chegou a empurrar camaradas do Exército para a vala de protecção, pois via que continuavam impávidos, "se calhar, à espera de uma bala para os tirar daquele inferno sempre igual".

Na Guiné, durante uma operação de transporte (de urnas para os mortos), "de repente, vimos um furriel saltar de uma viatu-

ra, tirando a roupa e a gritar. Estava descontrolado." Aquele militar ficava no mesmo quarto que Mário Inácio e, desde aquela altura, passaram a vê-lo sentado na cama, virado para a parede, com movimentos catatónicos. "Comecei a interiorizar que a guerra e estas situações estavam ligadas", comenta. Dormia mal, comia irregularmente - no equipamento, para as operações, levava arma, granadas, tabaco, carregadores e nada de comida, talvez uma bisnaga de leite condensado - e "no final da comissão estava arrasado".

Por vezes a voz começa a falhar-lhe e os olhos ficam-lhe mais tristes. Só é possível imaginar o que não diz.

Quando voltou da guerra viveu com os sintomas, como 1º sargento do Exército, onde serviu, na Serra da Carregueira, colaborando na Revolução de Abril. "A maior crise foi em 1986/87 e manifestou-se de forma terrível", lamenta. Começou a instabilidade com a família, a agressividade verbal, a instabilidade e a procura do isolamento. "Hoje, quando falo sobre isto com a minha mulher, reconheço que era demasiado agressivo para a minha família. Tudo o que produzisse um ruído mais estridente ou invulgar era um choque de tensão", recorda.

A reabilitação

Chegou à encruzilhada em que teve que optar intimamente entre o suicídio e o tratamento. "Nunca disse isto à minha mulher, mas o desespero era de tal ordem que a ideia do suicídio me passou pela cabeça", confessa, salientando que foi a mulher que, depois de saber pelo ELO que ia ter lugar um seminário da ADFA sobre o stress (em 1987), também o desafiou a integrar a terapia de grupo na Associação.

"Ia e voltava sozinho, numa fase dramática em que, no início, não conseguia abrir a boca. O pânico, o choro, a transpiração e outras sensações" foram as primeiras passadas na caminhada para a reabilitação.

Conta que tinha que estar de costas para a parede, "com a sensação de que estava alguém para me atacar à traição". Apesar de muitas vezes ter pensado em desistir, voltava sempre à sessão.

"Na altura em que comecei a sentir-me melhor, iniciei a minha "luta" na ADFA", relata, lembrando que já era associado por ser deficiente militar por causa de um joelho partido num salto e de uma doença grave que lhe deixou marcas irreversíveis a nível orgânico.

"Construí a minha casa e dois barcos (de 4 e 5,40 metros), desde então", realça, orgulhoso de saber que esses trabalhos, "que nunca estão concluídos", foram o suporte de que necessitou para continuar a sua luta contra a doença. Trabalhando em projecção de filmes e na pesca, primeiro com o sogro e depois no seu próprio barco, conseguiu "arranjar força para superar aquele exorcismo".

"Preciso de ter a certeza de que dominei o Stress de Guerra. Procuo filmes relacionados com a guerra e nunca fujo a um debate sobre este tema", diz, acrescentando que "estou sempre disposto a partilhar a minha experiência de guerra e de reabilitação, pois ainda há muito para ser feito".

Há pouco tempo, por estar mais tempo em Lisboa e longe do barco, foi a Vila Nova de Milfontes buscá-lo... por mar. "Fiz-me às águas e cheguei a Oeiras nove horas depois", congratula-se sorrindo.



Uma missão para a ADFA

Falar do Stress de Guerra faz com que Mário Inácio se reporte à reabilitação dos ex-combatentes através da ADFA, "que errou em pensar apenas nos deficientes físicos". Para ele, a Associação começou tarde a acompanhar os que padeciam deste mal e lamenta que a ADFA tenha deixado de ajudá-los, depois do Simpósio que organizou em 1987 e das primeiras consultas de terapia de grupo, em 1988. "Muitos dos que carregaram alguns dos deficientes físicos para que não morressem no mato, são os que sofrem hoje os traumas de guerra, e devemos respeitá-los como ex-combatentes e como pessoas doentes que é preciso ajudar", alerta.

Hoje vê "com preocupação e crítica" a acção da ADFA nesta área. Mário Inácio diz que "a Associação deve acolher a todos, os ex-combatentes que realmente sofrem de Stress de Guerra, mobilizando os meios e esforços para pôr em prática a Rede Nacional de Apoio e os protocolos celebrados".

"Não podemos aceitar a solução biológica para o Stress de Guerra", alerta, invocando ainda a preocupação com as famílias desses doentes, muitas desmornadas pela quebra da resistência física e psíquica dos portadores da doença. "Hoje encontramos mulheres tão ou mais perturbadas que os seus companheiros, depois de 30 anos em que abdicaram das carreiras e da vida."

"A paga foi o esquecimento, a violência calada e a angústia da incompreensão", acusa, concluindo que "as instituições não cumpriram com a sua obrigação de divulgar e alertar para a situação".

"Nunca é tarde para assumir responsabilidades e corrigir erros", acrescenta e termina com a esperança de que "ainda podemos fazer muito, assim tenhamos vontade de ser solidários para compensar os que há tantos anos deram muito de si por nós".

Destaca a Delegação do Porto e os seus dirigentes "pelo trabalho continuado com o Stress de Guerra" e afirma que "a ADFA tem que ajudar a recuperar e trazer para o seu seio estes ex-combatentes, pois a nossa estrutura tem essa missão e compromisso".

Mário Inácio já foi membro do Conselho Fiscal Nacional da ADFA, presidente da Direcção da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, e não pára por aqui. Foi convidado para integrar a Comissão Instaladora da recém formada Associação Portuguesa de Ex-Combatentes Militares. •



Colóquio Técnico "O Caminho do Stress Pós-Traumático"

"Será que não vale a pena?"

"Politicamente está a demonstrar-se uma falta de vontade para acompanhar este assunto." O presidente da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes, expressou, em nome da Associação, "alguma mágoa e preocupação" com a falta de comparência das altas entidades que já haviam confirmado a sua presença no Colóquio Técnico "O Caminho do Stress Pós-Traumático", realizado pelo Núcleo da ADFA em Leiria, área da Delegação de Coimbra, no dia 31 de Janeiro, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão daquela cidade.

O representante do ministro da Saúde, o director da ARS Centro, que presidiria à abertura do Colóquio, não compareceu, tendo a presidência cabido assim ao governador civil de Leiria. O ministro da Defesa e o respectivo secretário de Estado justificaram a sua ausência na Sessão de Encerramento através do director-geral de Pessoal e de Recrutamento Militar do MDN, Alberto Coelho.

Para Patuleia Mendes, "depois dos três workshops em que as mais altas entidades também não estiveram presentes, começamos a ficar fartos, pois não está a ser dada oportunidade para que se abra a porta da esperança". O presidente da DN acrescentou ainda, naquele que considerou ser "o último acto oficial da Associação no âmbito deste ano de protocolo", que a ADFA e a Apoiar queriam colaborar no despiste e acompanhamento dos antigos combatentes, mas "temos os processos bloqueados nas nossas sedes".

"Vamos continuar na política do faz de conta? Será que não vale a pena? Será que não interessa aplicar as leis?" Foram as questões levantadas pelo dirigente na Sessão de Encerramento. "A ARS Centro não quer dar a cara por isto", acrescentou e destacou a falta de interesse político para o assunto.

"Queremos levar as conclusões ao senhor ministro da Defesa e um filme testemunhal, para que veja as situações dramáticas em que vivem os que sofrem com o Stress de Guerra", disse, sublinhando que "há pessoas que se suicidam porque não resistem à pressão das memórias e dos traumas de guerra, não são apoiados".

Um ano depois da assinatura do protocolo entre a ADFA, outras associações e o MDN, no âmbito da Rede Nacional de Apoio, o presidente da DN destacou a presença dos estudantes, que "estão interessados em conhecer e em dar a conhecer esta realidade", ao mesmo tempo que lançava um desafio, "mesmo à comunidade leiriense": "que se faça um monumento à retaguarda da guerra, às nossas companheiras, mães, irmãs, namoradas, filhas, mulheres". Em nome da ADFA, prestou-lhes homenagem, na pessoa de Maria Odete Martins, mulher de um associado antigo combatente grande deficiente, que foi convidada a integrar a mesa de Encerramento do Colóquio.

O director-geral de Pessoal, Alberto Coelho, transmitiu, no Encerramento, a preocupação do ministro da Defesa por não ter podido comparecer no encontro, realçando que "a colaboração com a ADFA, e com o seu presidente, não é nada fácil, como não é fácil

tratar deste problema do antigos combatentes e do Stress de Guerra". O director-geral referiu que "o povo português deixou de ter vergonha do seu passado" e reconheceu "o tratamento tardio desta questão".

Alberto Coelho não escondeu "as dificuldades a enfrentar" e apontou que "as propostas da Comissão de Acompanhamento vão agilizar alguns benefícios para os infectados e os afectados (familiares) pela doença", referindo que "os protocolos não estão esquecidos". O director-geral salientou ainda, sobre a contagem do tempo de serviço, que, "tanto quanto nos é possível garantir, até ao final do ano, todos os requerimentos que entraram vão ser concluídos". Afirmou também sentir "um orgulho enorme por presenciar o momento histórico que é o reconhecimento dos antigos combatentes". Concluiu, afirmando que "o nosso compromisso na área técnica é a apresentação propostas concretas".

As conclusões

Nas conclusões está patente que o conceito de Post-Traumatic Stress Disorder, Distúrbio de Stress Pós-Traumático, (PTSD) se encontra "bem definido desde a década de 80, e estima-se que dele sofre uma percentagem de um a três por cento da população". No caso dos grupos de risco formados pelos ex-combatentes, "a percentagem pode elevar-se significativamente". O distúrbio revela-se após o, ou os, traumatismos que lhe dão origem, com um espaço que pode ser de anos.



Maria Odete Martins

Foi ainda referido que o PTSD afecta o meio social envolvente do atingido, com especial incidência nas famílias, "podendo reflectir-se até na 3ª geração". A ADFA considera ainda que a falta de tratamento "corresponde ao hipotecar das gerações futuras".

Considerou-se que, com o tratamento adequado, poder haver recuperação total, e permanência de sintomas leves, ou moderados, bem como casos de não reacção ou



Sessão de Abertura do Colóquio

mesmo agravamento, que constituem situações de incapacidade permanente.

Nas conclusões afirma-se que o tratamento com psicofármacos "é muito importante, mas não é o único meio de tratamento" e que as intervenções psicoterapêuticas "são igualmente importantes, sendo os modelos comportamentais e cognitivo-comportamentais os de maior eficácia".

Das intervenções efectuadas pelos técnicos de serviço social, de psiquiatria e de psicologia que participaram no Colóquio, realçou-se que "o baixo nível de educação é um factor de agravamento, pois leva à rejeição, ao isolamento e à posição de "não sei o que tenho". Não é por acaso que o problema foi levantado de início nos grandes centros urbanos".

Para a ADFA, o combate à doença é uma actividade multidisciplinar, "em que se combinam o médico generalista, o psiquiatra, o psicólogo, o técnico de serviço social, a sociedade mais envolvente e sobretudo os familiares".

Preparação para a Guerra

A preparação militar, "feita, por sistema, por pessoal sem experiência directa de combate e o conhecimento indirecto das realidades do campo de batalha dos quadros milicianos", contribuíram para a incidência da doença, uma vez que "só as tropas especiais tinham uma percentagem de instrutores com essa vivência". Embora se considere que fossem feitos esforços para preparar psicologicamente os militares para o combate, "através de uma instrução dura e com recurso a técnicas empíricas de mentalização para situações extremas, o choque da realidade ultrapassava as capacidades dessa instrução". O regime de censura de notícias então vigente no País aumentava esse choque, já que a realidade era deliberadamente escamoteada.

A preparação do pessoal do serviço de saúde ressentia-se igualmente da falta de contacto com essa mesma realidade, já que os estagiários não faziam normalmente serviço de banco, quando na linha da frente se teriam de ver confrontados com situações extremas e

em condições muito difíceis. Os ferimentos com que se deparava este pessoal eram terribes, sobretudo os provocados por minas, com decepamentos, perfurações, vísceras expostas e queimaduras extensas.

Os intervenientes lembraram que, durante toda a guerra, "o Exército nunca dispôs de um serviço de Psicologia, quer na preparação do pessoal para o combate ou situações extremas, quer no seu acompanhamento nessas situações". As conclusões sublinharam ainda que "apenas os casos mais graves do foro psiquiátrico davam origem a evacuações para os hospitais militares e que não era feito o acompanhamento psicológico na desmobilização, dando origem a uma passagem brusca de um ambiente a outro".

Outros factores que propiciaram o esporear da doença foram a falta de apoio psicológico para os feridos com maior gravidade e com lesões permanentes, bem como para os seus familiares, "o que deixava a reinserção pessoal, social e profissional dos deficientes a cargo da boa vontade e à medida dos conhecimentos do meio social e familiar envolvente".

O papel das mulheres

A ideia que atravessou todo o Colóquio, nas diversas intervenções que se efectuaram prende-se com o papel desempenhado pelas mulheres - esposas, mães, irmãs - que "foi determinante, embora nunca tenha sido devidamente reconhecido. Elas foram muitas vezes o substituto dos meios de recuperação e de reinserção que o Estado reconheceu na Lei, mas nunca levou à prática".

A autarca de Leiria, Isabel Damasceno, e o governador civil de Leiria, José Leitão da Silva, louvaram a iniciativa da ADFA, "pelo seu papel pedagógico e de apoio aos homens que voltaram marcados pela guerra". Aquelas entidades reiteraram a sua disponibilidade para apoiar as iniciativas que a ADFA realize através do seu Núcleo de Leiria.

Na próxima edição, o ELO vai publicar o destaque das intervenções dos oradores no Colóquio Técnico. •

Rafael Vicente

MDN altera Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas

"Valorização e reconhecimento da condição militar"

O Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, veio remodelar o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, assinalando "épocas ou factos de realce na vida dos militares", ocorridos em serviço de campanha, durante o desempenho de comissões de serviço especiais ou em tempo de paz.

"Para efeitos do presente diploma, entende-se por campanha a situação existente no decurso de operações militares, em tempo de guerra ou de conflito armado, no território nacional ou no estrangeiro, bem como no desempenho de missões militares de idêntica gravidade e risco, competindo ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, definir, para o efeito, cada uma das situações." É com o disposto no artigo 3º do DL 316/2002, de 27 Dez, que o Ministério da Defesa Nacional enquadra algumas das situações que estão abrangidas para atribuição das medalhas.

A Medalha Militar engloba as modalidades de Valor Militar, Cruz de Guerra, Serviços Distintos, Mérito Militar, privativas do MDN, CEMGFA e dos três ramos e de Comportamento Exemplar (art. 2º).

As Medalhas Comemorativas são a dos promovidos por feitos distintos em campanha, a dos feridos em campanha, a de reconhecimento e as medalhas comemorativas das campanhas e de comissões de serviço especiais (art. 42º).

Medalha dos feridos em campanha

A medalha dos feridos em campanha "é atribuída aos militares que, em campanha ou em circunstâncias com ela directamente relacionadas, tenham sofrido uma diminuição permanente, caracterizada pelo prejuízo ou perda anatômica de qualquer órgão ou função" (art. 44º). No anverso é composta por uma estrela de cinco pontas cinzeladas, cada uma terminada por uma esfera armilar pequena; ao centro, um disco carregado de um Emblema Nacional rodeado de um listel circular com a legenda «Feridos em Campanha», em letras maiúsculas de tipo elzevir. O reverso é também uma estrela, tendo ao centro um disco com a legenda «Morrer Mas Devagar», em três linhas do mesmo tipo de letra. Cercando a legenda, duas vergõteas de louro, frutadas e cruzadas nos topos.

As outras medalhas comemorativas

Na medalha dos promovidos por feitos distintos em campanha estão patentes, no anverso, uma estrela de cinco pontas, cinzeladas e terminadas por esferas armilares, e um disco com um emblema nacional rodeado da legenda «Promoção Por Distinção», em maiúsculas tipo elzevir. No reverso, ao centro, apresenta-se um disco com a legenda «Morrer Mas Devagar», em letras do mesmo tipo, em três linhas cercadas por duas vergõteas de louro, frutadas e cruzadas nos topos.

A medalha comemorativa das campanhas tem no anverso um emblema nacional rodeado de uma legenda «Campanhas e Comissões Especiais das Forças Armadas Portuguesas», em maiúsculas de tipo elzevir, cercada de duas vergõteas de louro, frutadas e atadas nos topos com um laço largo. Por cima deste conjunto está uma coroa mural de cinco torres. No reverso tem um disco e, na parte superior, uma Bandeira Nacional, com as figuras de soldados do Exército e da Força Aérea e de um marinheiro da Armada num pedestal. O disco é rodeado da legenda «este reino é obra de soldados», em letras do mes-

mo tipo num listel circular, rematado inferiormente por um laço largo e com uma coroa mural idêntica à do anverso por cima.

A concessão das medalhas comemorativas

A medalha dos feridos em campanha, directamente vocacionada para os deficientes militares, pode ser concedida pelo MDN, assim como a medalha dos promovidos por feitos distintos em campanha e a medalha de reconhecimento (art.49º).

A medalha de reconhecimento é concedida aos militares ex-prisioneiros, ou seja, "aos militares que em situação de campanha ou em circunstâncias com ela directamente relacionadas, bem como noutras missões de serviço em território nacional ou no estrangeiro, designadamente no âmbito das missões humanitárias e de paz, tenham estado privados de liberdade" e também pode ser atribuída a civis e a estrangeiros (art. 45º).

A medalha comemorativa das campanhas é atribuída aos militares que serviram em campanha e também pode ser concedida a civis e a estrangeiros (art. 46º).

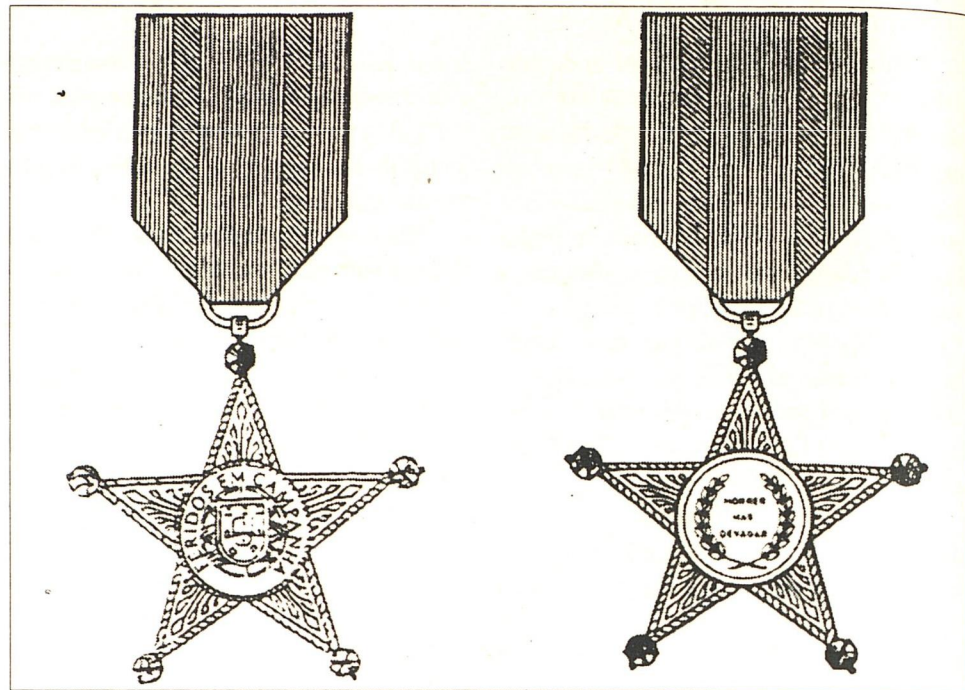
A responsabilidade pela elaboração dos processos para atribuição das medalhas cabe "à unidade, estabelecimento ou órgão a que os militares pertencem ou que detém os respectivos processos individuais" (art. 50º), carecendo a atribuição da medalha de proposta fundamentada pelo comandante, director ou chefe, com um "relatório circunstanciado do acidente e relatório médico, com a indicação das lesões sofridas pelo sinistrado e suas consequências permanentes, para a medalha dos feridos em campanha", ou com um documento que "atesta a situação de privação de liberdade, para a medalha de reconhecimento".

Para a medalha dos promovidos por feitos distintos em campanha, é apenas necessário o diploma oficial de promoção, assim como para a medalha de reconhecimento, quando a iniciativa partir do Ministro da Defesa Nacional (art. 51º).

As medalhas dos promovidos por feitos distintos em campanha, a dos feridos em campanha e a de reconhecimento podem ser concedidas mais do que uma vez (art. 48º).

No mesmo artigo prevê-se que a medalha de reconhecimento não é atribuída se houver condenação na pena acessória de expulsão das Forças Armadas ou em pena de prisão superior a três anos, ou em qualquer pena por crimes contra a paz e contra a humanidade, contra a segurança do estado, contra a soberania nacional e contra a realização do Estado de direito (Código Penal). A punição disciplinar com pena de separação de serviço, ou no caso do militar que comprovadamente tenha fornecido informações a partir das quais tenha resultado vantagem para o inimigo, constituem também impedimento à atribuição desta medalha.

A concessão das medalhas comemorativas é averbada no processo do agraciado (art. 53º) e a sua publicação faz-se por despacho. Quando efectuado pelo MDN ou pelo CEMGFA, é publicado no Diário da República. Quando efectuado pelos chefes de Estado-Maior dos



Medalha dos feridos em campanha

ramos, é publicado nas ordens respectivas (art. 52º).

O artigo 71º dispõe que, no caso de militares falecidos, as medalhas (militar ou comemorativa) são entregues aos herdeiros, e se os não houver, o destino da condecoração é definido por despacho da entidade que a concedeu.

O direito de requerer está previsto no artigo 72º, quando não tenha sido proposta a concessão pelos respectivos chefes.

Direito a pensão com a medalha militar

Os cidadãos agraciados com a medalha de valor militar ou com a cruz de guerra têm direito a uma pensão "de valor correspondente a dez por cento do vencimento base de capitão, desde que a requeiram e se encontrem em situação de insuficiência económica" (art. 73º).

A insuficiência económica verifica-se quando o rendimento líquido mensal do agregado familiar é igual ou inferior a uma vez e meia o valor do salário mínimo nacional ou, sendo superior, quando o rendimento per capita dos membros do agregado familiar é inferior a metade daquela remuneração.

As pensões são actualizadas de acordo com as alterações que se verifiquem na remuneração de referência e com efeitos reportados à sua data de entrada em vigor. "A pensão não é cumulável com qualquer outra pensão por condecoração ou por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País", podendo, porém, optar-se pela mais conveniente.

O direito à pensão é transmissível ao cônjuge sobrevivente e aos filhos menores ou incapazes.

O direito à pensão extingue-se no momento em que o agraciado perder o direito ao uso da respectiva condecoração.

As regras estabelecidas para as pensões de preço de sangue são aplicáveis, com as adaptações necessárias, a todas as etapas da atribuição destas medalhas (instrução, prova de rendimentos, concorrência de beneficiários, reversão, cessação do direito à pensão, execução da decisão e ao respectivo recurso).

Um pouco de história

O Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, Decreto n.º 566/71, de 20Dez, sofreu, ao longo de quase 30 anos de vigência, sucessivas

alterações, reunidas agora num único diploma, que adequa também as normas deste Regulamento às normas constitucionais e às alterações operadas na organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas, decorrentes da entrada em vigor da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), da Lei do Serviço Militar (LSM) e do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

Foi também intenção do legislador integrar no Regulamento as medalhas da cruz de São Jorge, de D. Afonso Henriques - Patrono do Exército, da cruz naval e de mérito aeronáutico, instituídas pelos decretos-lei n.º 325/2000, de 22Dez, e n.º 397/85, n.º 398/85, e n.º 399/85, de 11Out.

O MDN criou uma medalha privativa "destinada a premiar serviços notáveis nele prestados ou em benefício da Defesa Nacional em geral", por ser "necessário colmatar essa omissão com a criação de uma medalha correspondente às existentes no Estado-Maior-General e nos ramos das Forças Armadas, aproveitando-se para o efeito o modelo do brasão de armas do Ministro da Defesa Nacional" (Portaria n.º 587/79, de 8Nov).

O esforço físico e mental "normalmente associado à privação de liberdade justifica a criação de uma medalha, a ser atribuída aos militares e civis que em situação de campanha ou em circunstâncias com ela directamente relacionadas, bem como noutras missões de serviço em território nacional ou no estrangeiro, designadamente no âmbito das missões humanitárias e de paz, tenham estado privados de liberdade". Neste sentido o regulamento cria a medalha de reconhecimento.

A passagem para o Serviço Militar em regime profissional e voluntário, em tempo de paz, e o esforço na obtenção dos efectivos necessários às Forças Armadas, "torna necessária uma crescente valorização e reconhecimento da condição militar, para a qual deve contribuir a aplicação do regulamento agora aprovado", refere o legislador.

O diploma revê ainda a ordem da precedência de algumas das condecorações, "determinada quer pela criação de umas, quer pela extinção de outras". •

A revista "Pro Teste" n.º 232, de Janeiro de 2003, publicou um trabalho sobre a acessibilidade aos edifícios públicos de Lisboa e do Porto dos cidadãos com mobilidade condicionada. O ELO foi autorizado a reproduzir o artigo.

Deficientes e Edifícios Públicos

Um Milhão de Portugueses Ignorados!

Passaios altos, muitos degraus, elevadores estreitos e casas de banho por adaptar foram os principais problemas encontrados pela DECO/Pro Teste numa visita efectuada a 42 edifícios públicos. Mais: os cidadãos com mobilidade condicionada inquiridos pela associação de consumidores revelaram-se bastante insatisfeitos com os acessos dos edifícios públicos.

A Comissão Europeia declarou 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Para saber quais os obstáculos que o deficiente tem de enfrentar e avaliar as acessibilidades dos edifícios públicos, a Pro Teste dividiu o trabalho em duas etapas. Primeiro, aquela revista organizou um inquérito junto de 323 cidadãos com uma deficiência motora ou visual. Mais tarde, em Setembro de 2002, de forma anónima, inspeccionou os edifícios das juntas de freguesia com o maior número de residentes em Lisboa, a totalidade no Porto e o edifício principal da câmara municipal de cada uma destas cidades.

Segundo a Pro Teste, os resultados obtidos no inquérito são verdadeiramente decepcionantes. Os edifícios com as piores apreciações são as estações de transportes públicos, os edifícios administrativos (finanças e centros de Segurança Social, por exemplo), as juntas de freguesia e as câmaras municipais. Ao nível dos transportes públicos, a situação é preocupante: quase metade dos inquiridos refere ser-lhe impossível utilizá-los. Metade deixou de ir ao cinema ou concertos e abandonou a prática desportiva por falta de acessos. Outro caso flagrante é o facto de um quarto dos inquiridos ter deixado de trabalhar pelo mesmo motivo.

Estacionamento impossível e piso irregular, acusa a Pro Teste

Dos 42 edifícios inspeccionados, só três obtiveram nota positiva. Apenas nove têm parque de estacionamento para deficientes, mas todos estão mal desenhados. As principais falhas são os passeios muito altos e a reduzida área para estacionar. Muitas vezes, o piso é irregular e está cheio de buracos, uma armadilha para um utilizador de cadeira de rodas.

Proibida a entrada a idosos e a pessoas em cadeiras de rodas?

Nos poucos edifícios com zonas de estacionamento para deficientes, os responsáveis esqueceram-se das rampas nas portas de entrada. Apenas cinco juntas não têm escadas e só duas (Lumiar e Paranhos) têm rampas

acessíveis com a inclinação correcta. Em Benfica e na Ajuda, a equipa da Pro Teste encontrou uma enorme escadaria com nove degraus, uma barreira intransponível logo na porta de entrada.

Dentro do edifício, os obstáculos não faltam. Há juntas de freguesia com 30 degraus no interior. O obstáculo mais comum é o reduzido ângulo de abertura das portas. Dos 42 locais visitados, 13 têm uma abertura inferior a 70 centímetros. Regra geral, a largura seria suficiente se não fosse o facto de um dos batentes estar fechado. Os balcões de informação encontram-se muito altos para uma cadeira de rodas.

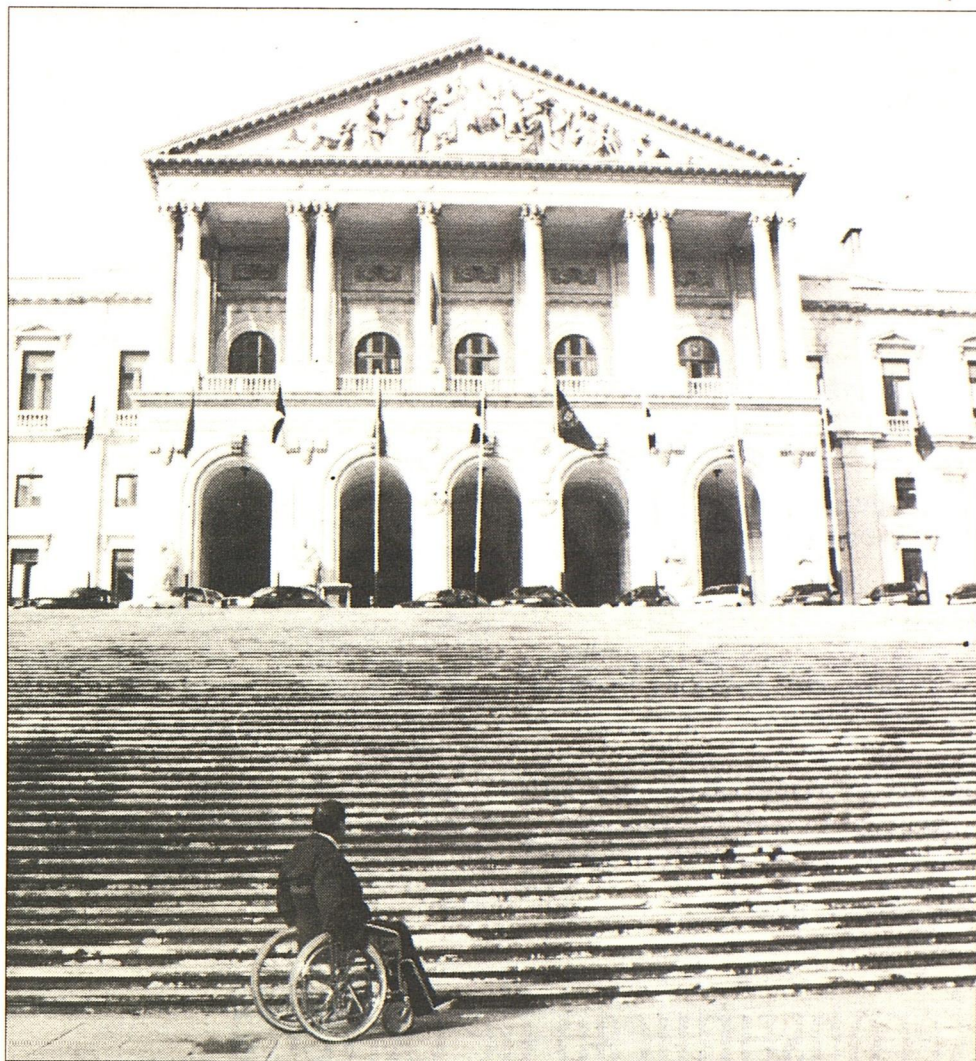
Nas juntas de freguesia, as casas de banho são uma espécie rara. Das 34 que a têm, apenas a de Paranhos foi realmente concebida para um utilizador de cadeira de rodas. Só três edifícios têm posto telefónico público. Com a excepção da junta de São Domingos de Benfica, o sítio para colocar a moeda estava posicionado a uma altura muito elevada (entre 1,40 e 1,60m).

20 anos à espera!

Em Portugal, os sucessivos governos têm adiado esta questão. Desde 1982, que se ouve falar da eliminação das barreiras. Contudo, os diplomas legais, entretanto criados, não passaram do plano das boas intenções. Nenhum previa normas ou sanções. Por fim, em 1997, foi aprovado um conjunto de regras para melhorar as acessibilidades. As instalações ou edifícios já construídos que não garantissem a acessibilidade a todos tinham sete anos para o fazer. O prazo termina em 2004 e a situação actual leva a Pro Teste a temer que num ano e meio muito dificilmente se resolverá tudo. Como se não bastasse, a lei prevê uma excepção ridícula: se algum caso for difícil de resolver ou exigir muitos encargos, o organismo em causa pode pensar noutra solução. Resultado: em relação às promessas legislativas, há 20 anos que os deficientes portugueses esperam pela igualdade de oportunidades.

Acessibilidade para todos

Segundo o Secretariado Nacional para a



Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, no nosso país, cerca de 9% da população têm uma deficiência. Em pleno século XXI, os edifícios, a via pública e os transportes portugueses continuam com muitos obstáculos que dificultam a vida às pessoas com mobilidade condicionada. Por isso, no final do artigo, a DECO/Pro Teste defende que as medidas têm de ser tomadas a vários níveis: Assembleia da República, Governo, câmaras municipais e sociedade em geral.

Em primeiro lugar, o poder legislativo não pode continuar de olhos fechados. Para os governantes e deputados, aquela revista dos consumidores lembra: "Ainda há tempo para actuar. A legislação tem de ser corrigida, eliminando as excepções admitidas actualmente". Ao nível da fiscalização, há um longo caminho a percorrer: "as câmaras municipais, as entidades licenciadoras, não podem conti-

nuar a fiscalizar-se a si próprias", diz a Pro Teste na sua edição de Janeiro.

Os consumidores também reivindicam que o Governo comece por dar o exemplo, corrigindo e melhorando os acessos dos edifícios e da via pública. "A acessibilidade deve ser projectada para todos e em contínuo. De que serve, por exemplo, um autocarro com rampa para cadeira de rodas se estiver um automóvel estacionado no passeio ou na paragem?", pergunta aquela revista.

No entender da Pro Teste, para termos cidades acessíveis é necessário que cada um de nós colabore. Se os acessos forem melhorados, todos ficaremos a ganhar. Logo, aquela associação de consumidores lança o apelo: "Se este conjunto de medidas não for levado a sério, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência não passará das boas intenções e promessas sem sentido. O que seria de cada um de nós se não pudéssemos ir trabalhar ou passear sem a ajuda de um familiar?".

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

DENTI  **BIANCO**

Acordos:

M. JUSTIÇA - ADME - SAMS (QUADROS) - SAMS SIB - JORNALISTAS DE LISBOA - TÁXIS SINTRA - OUTROS

CONSULTAS DE MEDICINA DENTÁRIA

Especialidades de Medicina Dentária:

Reabilitação Oral / Branqueamento / Odontopediatria
Desvitalização / Extracções Dentárias / Próteses Fixas e Removíveis
Acrílica Aparelhos de Correção (fixos e móveis)
Meios de Diagnóstico / Rx Panorâmico / Teleradiografias

Email: dentibianco@clix.pt

Cç do Sacramento, 18 - 1º Esq. - 1200 LISBOA - Tel.: 213 433 535

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Actualização das Pensões

Portaria 1514/2002, de 17 de Dezembro

Procede à actualização das pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e as de doença profissional dos regimes de segurança social.

(Ver página 15 do ELO de Janeiro de 2003)

Medalhas

Decreto-lei 316/2002, de 27 de Dezembro

Aprova e publica o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas.

(Ver página 12 deste ELO)

Grandes Opções do Plano

Lei 32-A/2002, de 30 de Dezembro

Aprova e publica as Grandes Opções do Plano para 2003.

Orçamento do Estado

Lei 32-B/2002, de 30 de Dezembro

Aprova e publica o Orçamento do Estado para 2003.

Comentário

Reconstituição de carreira

Um dos efeitos de vários diplomas que interessam de perto aos Deficientes das Forças Armadas é a chamada "reconstituição de carreira", que pode surgir na sequência do reconhecimento como DFA, ao abrigo do DL 43/76, ou por força do tristemente célebre DL 134/97, ou ainda da mais recente Lei 43/99, que trata da revisão da situação dos militares dos QP que se envolveram nos acontecimentos políticos da transição do País para a Democracia, e que se afastaram ou foram afastados do serviço em circunstâncias anómalas. Recorde-se que, no actual entendimento do Ministério da Defesa, embora se faça a reconstituição da carreira, os retroactivos são devidos desde 1975, no caso de qualificação automática, e desde a data da qualificação, nos outros casos.

O conceito base da reconstituição da carreira está em promover o militar aos sucessivos postos nas datas a que teria ascendido numa situação normal.

Cabe antes de mais lembrar que há promoções de vários tipos: por diuturnidade, por antiguidade, por escolha e por distinção; deixando de fora este último caso, por ser excepcional, vamos ver os outros. A promoção

No que se refere a impostos relativamente a deficientes não houve alteração substancial da filosofia anterior. No entanto transcrevem-se dois artigos, respectivamente, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Estatuto dos Benefícios Fiscais:

«Artigo 53.º

Pensões

1 - Aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 7 961,71 deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.»

«Artigo 16.º

Deficientes

1 -
a) Em 50%, com o limite de 13 774,86, as categorias A e B;
b) Em 30%, os rendimentos da categoria H, com os seguintes limites:
1) De 7 778,74 para os deficientes em geral;
2) De 10 340,29 para os deficientes das Forças Armadas abrangidos pelos Decretos-Leis n.ºs 43/76, de 20 de Janeiro, e 314/90, de 13 de Outubro.»

por diuturnidade é automática, dando-se quando estão cumpridos certos requisitos; por exemplo, a promoção a tenente depois de dois anos de alferes. A promoção por antiguidade faz-se para preencher vagas de um quadro, quando estas se dão e os candidatos estão dispostos pela antiguidade no posto anterior. Na promoção por escolha, pretende-se na mesma preencher vagas, mas os candidatos ficam ordenados por mérito relativo, sem ter em conta a antiguidade. Pode haver sistemas mistos, em que uma lista de promoções inteira, numa determinada proporção, candidatos por escolha e por antiguidade, atenuando os efeitos da escolha pura.

Como se pode calcular, reconstituir uma carreira não é tarefa simples, dado que, sobretudo entre os oficiais, as promoções por antiguidade e por escolha acabam por alterar a ordenação inicial, pela classificação de curso, tornando difícil determinar qual é a referência a ser aplicada ao militar a integrar ou reintegrar na lista de antiguidades. Embora a lei refira sempre a "promoção normal", a verdade é que há promoções por escolha ou mistas a vários postos, o que dificulta encontrar uma referência.

Salário Mínimo Nacional

Decreto-Lei 320-C/2002, de 30 de Dezembro

Os valores da remuneração mínima mensal, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2003, passam a ser de 356,60 e de 353,20 para os trabalhadores domésticos.

Subsídio

de Renda de Casa

Portaria 1557-C/2002, de 31 de Dezembro

Publica as tabelas de subsídio de renda de casa para o ano civil de 2003 e fixa as rendas limites a vigorarem no mesmo ano.

Baixa

Despacho n.º 494/2003, Ministério da Segurança Social e do Trabalho

O presente despacho permite que os deficientes militares, quer os DFA quer os deficientes em serviço, possam acumular a pensão de invalidez com o subsídio por doença ("baixa") no caso de incapacidade temporária para o trabalho. •

Por outro lado, há postos que foram extintos, como o de furriel, e outros que foram criados, como os de cabo-adjunto ou cabo de secção, levantando problemas deste tipo: como promover, em 2003, uma praça a cabo de secção, se em 1974 não existia a carreira, e todas as praças passaram à classe de sargentos ou deixaram o serviço?

Igual problema se põe quando as condições de promoção obrigam a cursos. Neste caso são normalmente consideradas satisfeitas ou dispensadas as condições de promoção, mas não aquelas que implicam mudança de classe. Por exemplo, a referida Lei 43/99 obriga o pessoal no activo a fazer todos os cursos, concursos, estágios, etc.; o pessoal na reserva ou na reforma é considerado como satisfazendo as condições de promoção, com excepção dos cursos que dão ingresso a sargento ou oficial.

Portanto, qualquer legislação que preveja a reconstituição de carreira de praças, ou a mudança de classe, terá de revestir um carácter de excepção, sob pena de se tornar inexecutável na prática. •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Venda de bem com defeito

"Sou DFA com 60 por cento de incapacidade e tenho dificuldade em me deslocar. Há dois meses decidi adquirir um computador a fim de poder trabalhar em casa. Apesar de ter tido todos os cuidados com o computador, este nunca funcionou correctamente e levei-o por várias vezes ao serviço pós-venda que, da última vez, e ainda dentro do prazo de garantia, me informou que a reparação não seria possível porque a avaria era consequência de má utilização. O que posso fazer?"

Antes de mais, coloca-se a questão de saber se a avaria do computador resulta de um defeito de fabrico ou de má utilização conforme alega o serviço pós-venda, o que conduz a soluções jurídicas distintas e pode trazer eventuais problemas de prova. Provando-se a má utilização, a responsabilidade recai sobre o comprador.

Uma vez que nos diz que tomou todas as precauções na sua utilização, iremos presumir que se trata de um defeito de fabrico, o que configura uma situação de venda de bem defeituoso.

Como se trata de um bem móvel não consumível, o vendedor do mesmo está, nos termos da nossa lei, obrigado a garantir o seu bom estado e funcionamento durante pelo menos um ano, se prazo superior não resultar da respectiva garantia.

Se adquiriu o seu computador há apenas dois meses, o mesmo encontra-se dentro do prazo de garantia mínima de um ano, pelo que pode exigir a quem lho vendeu que repare gratuitamente a avaria de que o mesmo sofre.

É de salientar que a reparação pode ser exigida independentemente do vendedor do bem ter ou não culpa da avaria do mesmo.

Para o efeito, é necessário que comunique a avaria do seu computador ao vendedor no prazo de 30 dias a contar da data em que tomou conhecimento da mesma. Tal notificação deve ser enviada através de carta registada com aviso de recepção.

Uma vez preenchidos os requisitos acima descritos, e caso não seja possível ao vendedor do computador proceder à reparação do mesmo, poderá optar por uma das seguintes alternativas: exigir a substituição do computador por outro de características equivalentes, ou, em alternativa, devolver o computador e ser reembolsado da quantia paga pelo mesmo.

Em caso de conflito poderá recorrer à mediação ou directamente à via judicial. •

Inês Soares de Castro

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

IRS 2002

As declarações **Mod. 3** de IRS (trabalho dependente - categoria A - e/ou pensões - categoria H) referentes a rendimentos de 2002 deverão ser entregues, nas Repartições de Finanças, de **01FEV03 a 15MAR03**.

Recorda-se que o abono e prestação suplementar de invalidez, definidos nos art.ºs 10.º e 11.º do DL 43/76, de 20JAN, não são englobáveis para efeitos de IRS, devido ao seu carácter indemnizatório que os enquadra no n.º 1, do art.º 13.º do CIRS. A Caixa Geral de Aposentações já os omite nas declarações.

Transcrevemos, a seguir, as alterações para 2002 que influenciam o preenchimento da declaração.

Nota: sempre que, na presente informação, se utilizar a palavra deficiente, a mesma refere-se aos de grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Isenção (art.º 16.º do EBF)

Ficam isentos de tributação em IRS, quando auferidos por titulares deficientes, 50% dos rendimentos das categoria A e B, com o limite de 13.504,76 e 30% dos rendimentos da categoria H, com os limites de 7.626,22 para os deficientes em geral e de 10.137,54 para os DFA (DL 43/76) e GDFA (DL 314/90); os valores isentos deverão ser escriturados no anexo H, correspondente a benefícios fiscais e o remanescente, sujeito a IRS, será levado à declaração, propriamente dita.

Estes limites são majorados em 15% quando se trate de sujeito passivo com um grau de incapacidade igual ou superior a 80%.

São deduzidos à colecta de IRS 30% da totalidade das despesas efectuadas com a educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependentes deficientes, assim como 25% da totalidade dos prémios de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade e 5 anos de duração do contrato.

Dispensa da entrega de declaração (art.º 58.º do CIRS)

Ficam dispensados da entrega da declaração de IRS, relativamente aos rendimentos de 2002, os sujeitos passivos

que no ano transacto apenas tenham auferido, isolada ou cumulativamente:

a) rendimentos tributados pelas taxas do artigo 71.º, desde que não se trate de rendimentos de acções e não optem pelo seu englobamento;

b) rendimentos de pensões pagas por regimes obrigatórios de protecção social até ao valor de 4.176,12.

Deduções específicas

Categoria A (art.º 25.º do CIRS)

1 - Aos rendimentos brutos desta categoria serão deduzidos, por cada titular que os tenha auferido:

a) 72% de doze vezes o salário mínimo nacional, ou seja 3.006,80

b) as indemnizações pagas pelo trabalhador à entidade patronal por rescisão unilateral do contrato de trabalho sem aviso prévio;

c) as quotizações sindicais enquadráveis desde que não excedam, por cada sujeito passivo, 1% do rendimento bruto desta categoria, acrescidas de 50%;

2 - Se o valor das contribuições obrigatórias para a segurança social exceder os limites previstos na alínea a), a dedução será feita pelo valor total dessas contribuições;

3 - Ao montante da contribuições obrigatórias e até 5% destas acresce o valor correspondente a 25% das contribuições efectuadas pelo sujeito passivo para planos de pensões contributivos;

4 - A dedução prevista na alínea a), do n.º 1 pode ser elevada até 3.132,09, desde que a diferença resulte de:

a) quotizações para ordens profissionais suportadas pelo próprio sujeito passivo e indispensáveis ao exercício da respectiva actividade desenvolvida exclusivamente por conta de outrem;

b) importâncias comprovadamente pagas e não reembolsadas referentes a despesas de formação profissional nas condições previstas.

5 - Quando o sujeito passivo for deficiente, os limites previstos nas alíneas a) a c), do n.º 1 são elevados em 50%.

Categoria H (art.º 53.º do CIRS)

As pensões de valor igual ou inferior a 7.805,60, por cada titular que as tenha

auferido, são deduzidas pela totalidade do seu quantitativo. Quando o sujeito passivo for deficiente, aquela dedução é elevada em 30%, ou seja para 10.147,28.

As de montante superior deduzem aquela importância, por titular.

Aos rendimentos brutos desta categoria são deduzidas certas quotizações sindicais, desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1% do rendimento bruto, acrescidas de 50%.

Deduções à colecta

Sujeitos passivos, descendentes e ascendentes (art.º 79.º do CIRS):

a) por cada sujeito passivo não casado ou separado judicialmente de pessoas e bens: 208,80 - deficientes: 313,20;

b) por cada sujeito passivo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens: 174 - deficientes: 261;

c) por sujeito passivo, nas famílias monoparentais: 278,40 - deficientes: 417,60;

d) por cada dependente não sujeito passivo: 139,20 - deficientes: 208,80;

e) por cada ascendente que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não aufera rendimentos superior à pensão mínima do regime geral 174.

Despesas de saúde (art.º 82.º do CIRS):

1 - São dedutíveis à colecta 30% da aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde, isentas de IVA ou com taxa de 5%, relativas ao próprio, agregado familiar, ascendentes e colaterais até ao 3.º grau, que auferam rendimentos inferiores ou iguais ao salário mínimo nacional mais elevado, assim como os juros dos empréstimos contraídos para pagamento destas despesas.

2 - São ainda dedutíveis à colecta 30% da aquisição de outros bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo, agregado familiar, ascendentes e colaterais até ao 3.º grau, desde que devidamente justificadas através de receita médica, com limite de 53,81 ou de 2,5% das importâncias referidas no n.º 1, se superior.

Despesas de educação e formação (art.º 83.º do CIRS):

30% das despesas com o limite de 556,81 e nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo, o limite é elevado em 104,40, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de educação e formação.

Encargos com lares e outras instituições de apoio à terceira idade (art.º 84.º do CIRS):

25% dos encargos com o limite 303,41.

Encargos com imóveis e equipamentos novos de energias renováveis (art.º 85.º do CIRS):

30% dos encargos com o limite, respectivamente, de 517,64 e de 700.

Prémios de seguros (art.º 86.º do CIRS):

1 - 25% das despesas com o limite de 53,81 e 107,63, quando se trate, respectivamente, de sujeito passivo não casado ou separado judicialmente de pessoas e bens ou de sujeito passivo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens, relativas a:

a) prémios de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade e 5 anos de duração do contrato;

b) contribuições para fundos de pensões ou outros regimes complementares de segurança social.

2 - São igualmente dedutíveis 25% dos prémios de seguros que cubram exclusivamente riscos de saúde do sujeito passivo ou seus dependentes, com os seguintes limites:

a) 71,75 tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens;

b) 143,50 sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens;

c) os limites das alíneas anteriores são elevados em 35,88 por cada dependente a cargo.

Despesas com aconselhamento jurídico e patrocínio judiciário (art.º 87.º do CIRS):

20% das despesas, não susceptíveis de serem consideradas custos na categoria B, com o limite de 134,28.

Fundos de poupança-reforma, poupança-educação e poupança-reforma/educação (art.º 21.º do EBF):

deduzem até 25% do valor aplicado no respectivo ano, com o limite máximo do menor dos seguintes valores: 5% do rendimento total bruto englobado e 648,44 por sujeito passivo não casado ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens.

TAXAS (art.º 68.º do CIRS)

Rendimento Colectável	Taxas (percentagens)	
	Normal (A)	Média (B)
Em euros		
Até 4.100,12	12	12,0000
De mais de 4.100,12 até 6.201,42	14	12,6777
De mais de 6.201,42 até 15.375,45	24	19,4333
De mais de 15.375,45 até 35.363,52	34	27,6667
De mais de 35.363,52 até 51.251,48	38	30,8700
Superior a 51.251,48	40	

Reflectindo

Os Deficientes Militares, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e a Participação Cívica

O direito à participação das pessoas com deficiência e suas organizações representativas foi reconhecido apenas na idade pós-moderna, mais propriamente a partir do último quartel do século XX. De facto, a Organização das Nações Unidas - ONU - só em 1981 proclamou o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, adoptando o slogan Total Participação e Igualdade. Na década da reabilitação (1981 - 1991), as sociedades dos vários continentes tomaram consciência de que, no seu seio, viviam cidadãos afectados por vários "handicaps" que, ao longo de séculos, foram sempre considerados como objectos passivos receptores da caridade pública e de outros tipos de solidariedade quase sempre dispensados numa óptica religiosa, remissora de culpas, para esconjurar as deficiências físicas, sensoriais ou mentais daqueles a quem estendiam a mão.

Portugal não fugiu a esta maneira de olhar as pessoas com deficiência, podendo afirmar-se que só no pós 25 de Abril começámos a assistir a uma lenta mudança de mentalidades, sempre conquistada pelos deficientes e, raramente assumida espontaneamente pelas pessoas ditas normais. Não querendo chamar para a ADFA todos os

esforços desenvolvidos na nova sociedade democrática portuguesa, consideramos, no entanto, que lhe coube a ela a primazia que levou à erupção desta nova realidade na sociedade portuguesa. De facto, todos os jovens que voltaram da guerra colonial mutilados física e ou mentalmente não aceitaram viver eternamente escondidos em hospitais e em suas casas. Assim, tivemos consciência que para os deficientes se valorizarem e serem aceites, teriam de aparecer à luz do dia, teriam de chegar aos vários poderes fazendo valer os seus direitos à plena inclusão social.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) é de facto o polo catalisador que transformou jovens revoltados e sem esperança em cidadãos de pleno direito, intervindo aos vários níveis do tecido social como elementos participativos e interpeladores das mentalidades que, por razões culturais, religiosas e políticas, mantiveram, no passado, as pessoas com deficiência nos guetos e nas esquinas das ruas lançando a mão à caridade.

O movimento associativo das pessoas com deficiência constitui no início do 3º milénio a força propulsora indispensável na conquista permanente da integração

quotidiana. Só com a participação das pessoas com deficiência, e suas organizações representativas, será possível construirmos sociedades inclusivas em que as "diferenças" são olhadas como mais valias para o desenvolvimento das sociedades.

Como no passado recente, penso que os deficientes militares terão que continuar a olhar para a sociedade actual como um espaço de afirmação quotidiana.

Na época da globalização e do neoliberalismo não podemos "descansar" à sombra dos direitos adquiridos, correndo o risco de sermos engolidos pela "onda alterosa" da competitividade, da qualidade e do mediatismo que ignora "dramaticamente" tudo aquilo que não se conhece.

Na vida tudo se conquista pelo esforço e participação cívica empenhada, que são os fundamentos do protagonismo, que não podemos alienar em mãos "estranhas", que sempre olharam as pessoas com deficiência como sujeitos passivos, moldáveis aos interesses sócio-políticos de uma qualquer conjuntura.

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, que no ano 2003 fará tocar de novo os "sinos" da consciência cívica, poderá abrir-nos de novo o espaço de esperança no

futuro e a consolidação do caminho já percorrido.

Temos consciência que isolados "somos frágeis árvores que qualquer aragem pode derrubar", mas juntos num Movimento Associativo livre, desempoeirado e criativo, podemos enfrentar o "novo mundo", que apesar de competitivo possui os instrumentos da informação e das novas tecnologias que substitui totalmente ou em parte as nossas desvantagens.

A luta, como sempre trava-se no campo dos direitos humanos e nunca como hoje estes princípios universais são aceites pelas sociedades pós-modernas. Temos então que centrar o nosso esforço nos direitos da plena cidadania que todos os homens e mulheres independentemente das suas diferenças adquiriram com o seu nascimento.

O direito à educação, à formação profissional, à livre circulação, à cultura, à livre expressão, em suma, à felicidade é património de todos nós, numa sociedade para todos, que se conquista na convergência de objectivos e na solidariedade afectiva de que todos necessitamos.

Manuel Lopes Dias



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S 1.2 ELX 1.2 16v ELX 1.2 16v ELX Speedgear

1.2 16v HLX

SPORT

SPORT Speedgear

HGT

1.9 JTD ELX

1.9 JTD HLX



PALIO WEEKEND

75

75 Liberty

100

100 Liberty



MAREA WEEKEND

80 16V SX

100 16V SX

100 16V SX 2000

108 210 SX

128 210 HLX



CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA

Ox Motores

Ox Interiores

Ox Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

As Cores

Ox Preços

Ox Interiores

Ox Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

Linecessori

Ox Preços



Y

Ox Motores

Ox Interiores

Ox Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

As Cores

Ox Preços

Ox Interiores

Ox Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

Linecessori

Ox Preços



CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

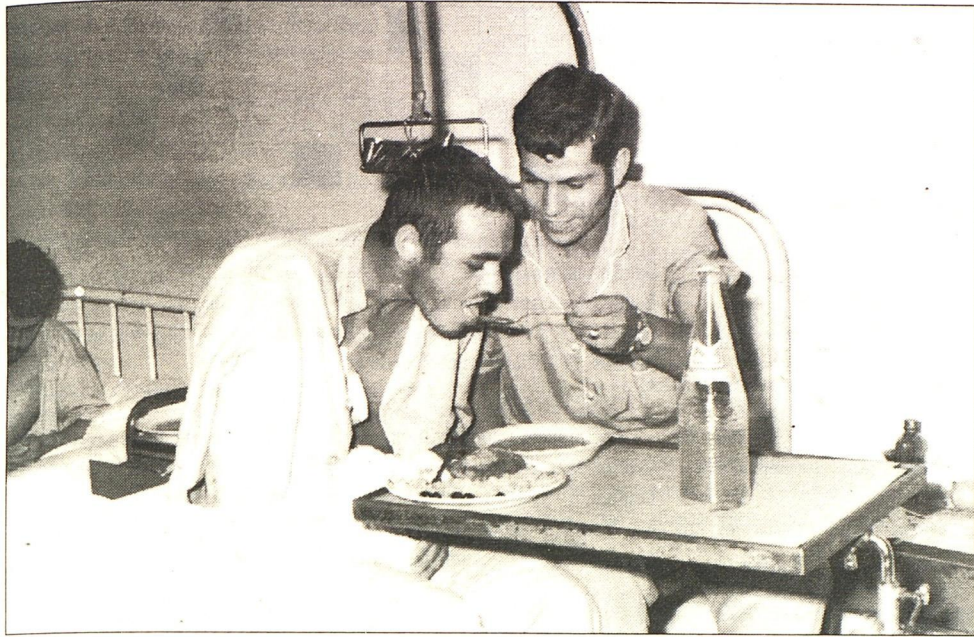
STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Há Sempre uns mais Amigos que Outros



Quando eu era jovem e ouvia alguém relatar acontecimentos ocorridos há 30 anos, parecia-me que se estava a falar de uma eternidade. Hoje, com as situações vividas há mais de 30 anos, parece que foi ontem. Foi de facto a sensação que tive quando me mostra-

ram uma foto tirada no primeiro dia em que me sentei na cama do hospital, depois de ter sido ferido. Lembro-me perfeitamente o dia em que o meu amigo "Aldeia Nova" me ajudou a sentar e quis dar-me de comer. Eu estava com tonturas e tinha tudo menos apetite, mas

o meu amigo achou que era hora de levantar da cama, começar a comer e fazer-me à vida.

E assim foi, todos os dias de manhã recebia a visita do meu amigo, e depois do pequeno-almoço seguia-se um passeio que servia de recuperação, e depois um duche para refrescar as ideias. E assim ia notando as melhoras de dia para dia, coisa muito difícil se não fosse a teimosia do meu amigo, que vestiu a pele de enfermeiro. Essa "pele" também eu vesti depois, quando já estava capaz de ajudar os outros que iam chegando, pois a guerra não tinha acabado e a maior parte das vezes era-mos nós que nos valíamos uns aos outros, embora houvesse enfermeiros e médicos de serviço (estes nunca chegavam a todos aqueles que deles necessitavam).

Criou-se laços de amizade e camaradagem que muitos ainda mantêm passados dezenas de anos.

Hoje, a grande maioria daqueles que passámos pelos Hospitais Militares, pertence a uma Associação que tem servido para nos mantermos unidos e que tem sido mento- ra de toda a legislação que nos abrange.

Este amigo e camarada que me valeu, assim como a muitos outros, como pude constatar, não pertence à ADFA. Depois de

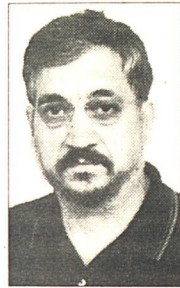
ter rebentado a terceira mina como condutor e de ter ficado ferido em combate com traumatismo craniano, estando mais de um ano internado na psiquiatria, com lesões graves que o perturbavam à vista desarmada (notávamos nele um comportamento anormal), disse ao médico que se queria ir embora e este apressou-se a enviá-lo à Junta, onde não lhe foi atribuída qualquer desvalorização.

O ferimento que o fez perder o juízo não lhe deixou capacidade para regatear o seu direito de ficar com uma desvalorização que desse origem a uma reparação material, em compensação do transtorno que passou a causar-lhe pela vida fora. Ainda me lembro que no dia em que o acompanhei à junta médica, o sargento que estava de serviço disse-lhe que pensasse bem, pois não deveria ir embora sem uma desvalorização. Mas os nossos 23 anos não nos deixavam pensar nestas consequências, cabia aos médicos fazer uso daquilo que aprenderam nas faculdades, usar a consciência. Eu acompanhei o meu camarada diariamente e mesmo não sendo médico, estava certo que aquela lesão o iria afectar pela vida fora. E infelizmente hoje posso constatar-lo. •

Farinho Lopes

Opinião

Preguiça em campanha



José Maia

Olhando da improvisada entrada a que com boa vontade chamávamos Porta, via-se para lá do arame já não muito esticado, podendo a qualquer momento deixar tombar as Torres que parecia segurar e que serviam de observatório para o interior da mata antecipando-se à bolanha, esta qual espelho sujo espraiaando-se pela planície líquida.

Em cada esquina do aquartelamento os palanques, guardas hirtos e imóveis, deixavam ver timidamente como que envergonhados os canos esburacados das bredas protectoras, sentinelas leais do sitio às frequentes investidas da artilharia inimiga.

Serpenteando no terreno, a vala providencial para onde afocinhávamos ao primeiro estrondo, sinal de abertura do recital de rebentamentos que se seguiriam nos próximos minutos de horas intermináveis.

A vala. Como que sepultura gigante. Ali, ironicamente, possibilidade de fuga à morte, contrariando o inevitável fim de existência.

Aquela era uma vala comum para a vida. Cavada para salvar.

Diferente de outras valas mais pequenas de onde quem entra já não sai!

O campo de futebol, uma espécie disso, as traves das balizas curvadas e rachadas pelo sol africano, naquele momento servindo de poleiro a aves negras como que pronunciando carne morta. E as três árvores gigantes, as suas sombras sempre à direita. Na pequena elevação mais acima, a cubata ainda de pé feita de pedra e feno, enegrecida, paredes salpicadas de manchas negras e amareladas, janelas com plásticos brancos a fazer de vidros, esvoaçando já alguns em tiras, soltando-se soprados pela leve brisa que em vez de refrescar fazia arder os corpos. São onze e tal da manhã de mais um sábado, ali sem qualquer significado. Apenas mais um dia.

A caminhada da véspera, os vários embrulhanços com os guerrilheiros "vá lá que não houve feridos graves desta vez", permitiram-nos uma bem vinda folga.

Sentimo-nos estranhos. Para ali espalhadas as G 3 desmontadas, culatras nuas, besuntadas ao sol brilhando que nem diamantes... Cigarro atrás de cigarro, aquela hora.

Já meia dúzia de fresquinhas tinham marchado. Aproveitar enquanto as havia. Por momentos, sentado no estreito degrau natural de terra arenosa de cores acizentadas e amareladas. Pernas estendidas suadas e negras fazendo realçar nas extremidades as sapatilhas de pano sujo e sem cor sem atacadores. O perfeito quadro da preguiça. O silêncio interrompido pelo som metálico do experimentar das armas já limpas das

lomas do dia anterior, outra vez prontas para a matança.

Anedotas fazem ouvir estridentes gargalhadas de nervosa alegria momentânea. E aquela da gaja...

E que se haveria de falar?

Um cão às voltas preocupadíssimo em caçar o próprio rabo! Como estará a malta que saiu às duas da manhã? Estarão a embrulhar comó nós ontem? Não... o transmissões já tinha avisado. Nada... Só silêncio. A brisa aumenta. Lá à frente as ramadas das árvores agitam-se com mais força.

As traves das balizas foram substituídas por milhares de penas negras. Os corpos cada vez mais húmidos. As peles vomitam suor, perfeitas cataratas saem dos poros.

Que merda de clima. E lá na metrópole... Porra. As miúdas, as praias e um gajo aqui cheio de verga p'ra quê?

O quê? Já acabou a cerveja fresca? É verdade, foi-se. Agora só sopa! Mau, mau. Não estás a enganar a malta? Não meu furriel. A sério. Até o nosso capitão já pediu e não há. Então e agora? Só daqui a uma semana se os turras deixarem passar a coluna de abastecimento!

Cabrões. Lá em Lisboa as fresquinhas não faltam. Ai que raiva. As lavadeiras ainda não chegaram? Agora nem cerveja nem umas maminhas para morder. Caraças pá. Até mais vale andar no mato. Mesmo com tiros, minas e bolanha... um gajo p'ra aqui a secar. Outra vez o silêncio e o rosnar simpático dos cães como que farejando a hora de almoço que está chegando.

Merda para isto... vou ler um bocado. Um gajo para aqui e ainda só passaram - Sei lá quanto tempo, é que passou ...

Um gajo com o cavalinho aos saltos e só vé pretas com mamas até aos pés. Um gajo até a perde. As lavadeiras já chegaram? Até que enfim. Vamos lá às maminhas rijinhas e aquela peida que me põe doido. Não há-de ser tudo mau porra... Se o silêncio falasse, falaria de quê?

Furriel, furriel... as armas, está tudo operacional, tudo limpo. Até estremei com este ataque sonoro provocado pelo vozeirão do sempre atento e prestável 1º Cabo Barrigas. Os outros ali ao lado suspirando sabe-se lá por quem!... Inclinao para a frente, vergados pela força da preguicite. O Rodrigues, esse em pé encostado à parede, muito sério como de costume, atrás dos óculos graduados. Esta merda está muito sossegada. Os Gajos estão à espera que nos sentemos para almoçar, para nos mandarem umas ameixas para a sopa. Ontem lixámos-lhes as tabancas. É limpinho. Estão a cair aí não tarda. Era uma cara engraçada a do Rodrigues. Parecia ter duas caras. Os olhos brilhantes virando e revirando sempre a indagar o rechonchudo Alves sempre com um pão no bolso e uma cerveja mesmo que a escaldar mas mãos continuava a percorrer com o olhar a página dum jornal antigo. Tu já viste pá? Um desastre de comboio lá na tua zona.

Na minha terra não há problemas desses. Não há comboio. E esticava o indicador direito sobre o título da notícia. Aqui também não há comboios. O outro encolheu os ombros... Que merda de conversa...

Deixou-se esticar na quebrada cadeira de lona apodrecida e de mãos cruzadas sobre a volumosa barriga, não tardou a ressonar. •

URGÊNCIAS DENTÁRIAS

CENTRO DE DIAGNÓSTICO

CED&MEP

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

Acordos: ADME-GNR-CGD-CTT-PROTOCOLOS TAXSINTRA-OUTROS

Reabilitação Oral / Próteses

Ortodoncia Aparelhos Fixos e Móveis / Rx Panorâmico

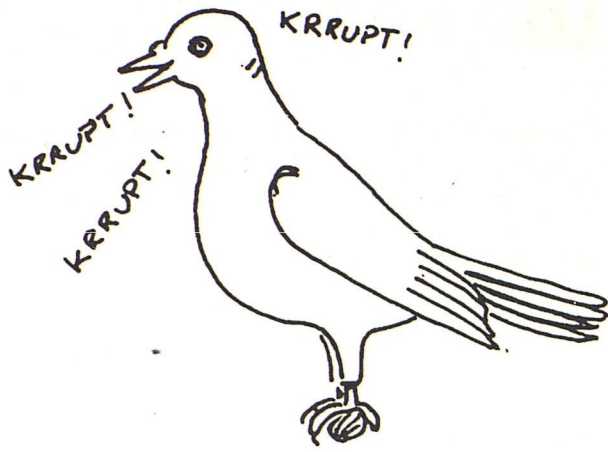
CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL PEDIATRIA
PSICOLOGIA MEDICINA DENTÁRIA

Email: cedmep@clix.pt

R. Prof. Dr. Virgílio Machado, Lt 22 - Loja 1

Tel.: 214 393 155 - 2745-342 QUELUZ OCIDENTAL

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:
COLUMBA LIVIA

NOME VULGAR:
POMBO ACUSADOR

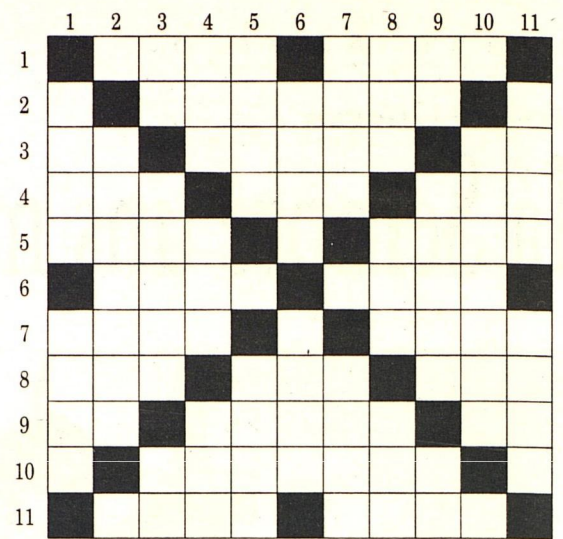
NIDIFICA E CANTA EM MUITAS
CÂMARAS MUNICIPAIS.

SOLUÇÕES
HORIZONTAIS

1 - Cama; umas. 2 - Favores. 3 - AC; sacos. 4 - Mar; hs; Rui. 5 - Amou; bobo. 6 - Aula; tomo. 7 - Urbe; mera. 8 - Mãe; ali; une. 9 - as; azedo; or. 10 - Suborno. 11 - Pato; aero.

VERTICAIS

1 - Sisa; ares. 2 - Favores. 3 - AC; sacos. 4 - Mar; hs; Rui. 5 - Amou; bobo. 6 - Aula; tomo. 7 - Urbe; mera. 8 - Mãe; ali; une. 9 - as; azedo; or. 10 - Roubara. 11 - Raul; sala.



HORIZONTAIS

1 - Leito; algumas 2 - Concelhos. 3 - Se (ing.); furto; batráquio. 4 - Saudáveis; quase bule; três vogais. 5 - Garantia; cor de um saco muito falado. 6 - Laser; bonito (inv.). 7 - Elos; jornadas. 8 - Rente; benéfico; interjeição. 9 - Existes; nome de homem; outra coisa. 10 - Compra de favores. 11 - Enchido; prefixo de ar.

VERTICAIS

1 Imposto imobiliário; aparência. 2 - Favorecimentos. 3 - Antes de Cristo; os azuis são muito falados; apelido. 4 - Oceano; lírio; nome de homem. 5 - Gostou; palhaço. 6 - Lição; bebo. 7 - Grande cidade; simples. 8 - Membro; acolá; liga. 9 - Aquelas; amargas; sufixo de autor. 10 - Apoderara-se. 11 - Nome de homem; divisão.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Oxford AC	9.759,85	13.793,72
1.4 Highline	11.931,61	18.876,04
1.4 TDI Oxford AC	11.989,26	19.269,08
1.2 3 litros	11.494,37	16.680,32
Polo		
1.2 Conceptline 3p	9.514,91	14.354,75
1.2 Conceptline 5p	9.760,38	14.646,86
1.4 Highline 5p	12.557,96	19.621,40
1.4 Highline Cx. Autom.	13.745,84	21.034,97
1.4 TDI Confortline AC	14.007,33	21.670,59
Golf		
1.4 Confortline 5p	12.579,72	19.825,79
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	22.992,62
1.9 TDI Confortline AC	16.013,59	29.042,33
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.508,56
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.503,10	29.624,85
1.9 TDI Gener Tiptronic	17.807,33	31.176,88
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.749,96
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.452,16
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.137,62	34.068,92
Golf Variant		
1.4 Confortline JE/AC	15.748,56	23.639,55
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.693,66
1.9 TDI 100 cv AC Confort	16.557,89	29.690,05
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.361,35
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.102,91
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.418,92
Bora		
1.4 Confortline	16.251,85	24.195,63
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.221,15	31.669,33
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.591,06	33.299,52
1.9 TDI 130 cv Highline	20.699,97	34.619,12
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.782,65	35.907,51
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.236,01
Passat		
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.371,86	31.967,67
1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.667,80
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.531,18
1.9 TDI 130 cv Highline	24.710,75	39.510,95
1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.329,29
Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv Confortline	20.694,57	34.731,70
1.9 TDI 130 cv Confortline	21.859,67	36.118,16
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	36.981,56

1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	31.482,76
Charan		
1.9 TDI Confort 7 lugares	27.083,05	38.492,19
1.9 TDI Tiptronic 7 lugares	28.163,25	39.777,63
Caddy		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92
Golf Van		
1.9 TDI Van Confortline	14.867,46	22.054,21
Transporter		
2.5 TDI Furgão Curto	16.018,95	19.785,45
2.5 TDI Kombi 6 Lug Net	17.340,25	22.939,05
Audi A2		
1.4 75 cv Atraction	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Atraction	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Atraction	17.736,28	24.106,77
Audi A3 Gasolina		
1.6 102 cv ATT 3P	17.722,61	27.974,97
1.6 102 cv ATT 5P	18.270,43	28.614,98
Audi A3 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv ATT 3P	20.348,95	34.140,19
1.9 TDI 130 Cv SP SP	22.500,21	36.700,19
1.9 TDI 130 Cv ATT 5P	20.886,77	34.780,20
1.9 TDI 130 Cv SP SP	23.038,03	37.340,20
1.9 TDI 100 cv ATT 3P	18.895,17	32.410,20
1.9 TDI 100 cv ATT 5P	19.432,99	33.050,20
Audi A4 Gasolina		
1.6 102 cv	21.788,85	32.874,34
1.8 163 cv	26.040,49	39.806,52
Audi A4 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv cx 5	24.046,44	38.599,56
1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.517,03	39.159,57
2.5 TDI 163 Cv	28.623,47	50.129,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	30.993,21	52.949,50
Audi A4 Avant Gasolina		
1.6 102 cv	22.934,30	34.224,34
1.8 163 cv	27.144,95	41.120,83
Audi A4 Avant Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	25.651,48	40.509,56
2.5 TDI 163 Cv	29.757,92	51.479,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.564,65	53.629,51
Audi A6 Gasolina		
1.8 T 150 Cv	30.422,26	45.139,54
2.4 170 Cv	32.403,76	53.702,47
Audi A6 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	30.827,95	46.788,28

2.5 TDI 163 Cv	33.127,67	55.608,22
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.236,91	59.308,22
Audi Allroad Quattro		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.514,22	66.778,22
2.7 T 250 Cv	49.858,29	77.291,95
FIAT E LANCIA		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Seicento		
1.1 S	5.574,39	9.090,02
1.1 Sport	6.633,21	10.350,01
Punto		
1.2 3p 60 Active	7.134,00	11.520,01
1.2 5p 60 Active	7.339,88	11.765,01
1.2 80 Dynamic Speedgear	10.402,91	15.410,01
1.9 JTD 85 Emotion 5p	11.756,61	23.750,01
1.9 JTD 85 Sport 3p	11.491,91	23.435,01
Palio		
1.2 Weekend 8 V	9.923,92	14.840,01
1.9 JTD	11.281,82	23.185,01
Stilo		
1.2 Actual 16 V 3p	11.344,08	16.530,00
1.9 JTD Dynamic Sport	14.353,24	26.840,00
1.2 Actual 5p	11.646,60	16.890,00
1.9 JTD Dynamic 5p	14.399,46	26.895,00
Multipia		
1.5 16 ELX	16.289,04	25.960,02
1.9 JTD ELX	17.567,54	30.665,01
Marea / Weekend		
1.9 JTD SX	14.096,94	36.535,00
1.9 JTD HLX	15.462,49	28.160,00
Lancia		
1.2 Y Elefantino	7.444,93	11.890,02
1.2 Y 16 Vanity	8.915,52	13.640,02
Lancia Libra		
1.6 16 V LS	17.015,93	26.825,02
1.9 JTD LS	18.000,31	31.180,01
1.9 JTD LX	20.378,46	34.010,01
2.4 JTD LX	21.873,25	40.625,02
Lancia Libra		
1.6 SW LS	18.184,00	28.215,02
1.9 JTD SW LS	19.168,38	32.570,01
1.9 JTD SW LX	21.546,53	35.400,01
Lancia Phedra		
2.0 16 V	26.701,45	38.345,01
2.2 JTD 16 V	29.229,41	42.460,01

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
Corsa		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSI 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
Astra		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
Astra Caravan		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.843,01	19.940,00
1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.849,84
2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
Zafira		
1.6 16 V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.714,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.124,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
Vectra		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
Omega		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
Caixas Automáticas		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153

É de Bradar às Armas

Arcaicas questões, que o tempo impregnou de bafio, arrastam-se interminavelmente, não obstante as soluções propostas aos poderes instituídos que, segundo relatos no ELO, quando dirigentes da ADFA lhes manifestam, regra geral, compreensão e disponibilidade para as resolver.

Embalados nesta envolvente melopeia de encantar, muitos, entretanto, "partiram" espoliados do que lhes era devido (nestes casos é inescusável exigir apoio às famílias), sendo indubitável que aos que ainda por cá andam reservam igual destino.

Atente-se que há muito, e não é cedo, que vozes avisadas e prudentes vêm abordando a problemática dos apoios que o avanço das idades requer, tema que cronologicamente deveria ser tratado em último lugar.

Carecidos de imortalidade, sem o condão, pois, da eternidade terrena, está vedada a possibilidade de, indefinidamente, se pugnar pela erradicação dos entraves contrários à concretização dos desígnios a alcançar, que pretendem ultrapassar as próprias vidas.

Objectivo contra o qual é preciso reagir com o realismo inerente ao estatuto de veteranos no limiar da recta final da vida.

Arrepiar caminho, desde já, e seguir prontamente por outros conducentes às almejadas metas é improtável.

Chegou a hora de, com a ADFA e no seu âmbito, os estrategos seleccionarem acções a empreender que pela sua estudada eficácia "obriguem", de vez, o Poder a saldar o que há "séculos" deve.

E de crer que os devotos deste entendimento, até os mais cépticos e muitos haverá cansados de esperar, aderirão a uma atitude ajustadamente enérgica que se tenha por decisiva.

Que diabo... Homens que impositivamente suportaram uma guerra, já tão distante mas tão presente, aturarão mais a ingrata situação?

Que o brado: AS ARMAS! desponte nas consciências para empunharmos as velhas "canhotas" -G 3- que nos restam distribuídas, que não são mais que a força da nossa razão, e lançarmos em tempo útil, se é que esta expressão ainda tem cabimento neste contexto considerando os muitos que já não estão entre nós, um inflexível ataque sem tréguas que garanta, por fim, o rápido reconhecimento legal das legítimas aspirações dos que física e/ou psicologicamente resultaram afectados, das últimas campanhas coloniais, cujos efeitos perversos são mais perceptíveis em dias de somenos qualidade.

João Santa Rosa

Chamada de atenção

No intuito de chamar a atenção de um grupo de associados na minha situação e de protestar contra o abandono a que fomos votados pelo Ministério da Defesa Nacional, Associação Nacional de Sargentos e da própria ADFA, como o exemplifica a recente actualização dos vencimen-

tos e pensões de alguns postos, agradecia, se possível, a inserção no jornal deste mês ou do próximo, sob a forma de anúncio, do seguinte texto: 2º Sargento em vias de extinção procura pensão no posto mais próximo. •

Valdemar Augusto Monteiro

Companheiros e Camaradas

Venho dirigir-me a vós pela primeira vez, em especial aos "Campistas" associados na Secção de Campismo da ADFA; através do nosso jornal "O ELO", jornal este, que serve de ligação de informação a todos nós, a quaisquer assunto que nos toque. Hoje falarei sobre o "Campismo".

Sendo que me dirijo a vós como associado da ADFA, (Carvalho) e como ex-membro do Conselho Regional Centro Norte, da Federação Portuguesa de Campismo (FPC) do qual fazia parte, assim como o nosso camarada Adelino Guerra no Conselho Disciplinar da mesma Federação de Campismo, venho expôr-vos o seguinte.

Fazendo parte dos Órgãos na FPC estes dois associados da ADFA representaram por nomeação e eleição, na respectiva Federação de Campismo a própria ADFA, no período transacto do quadriénio de 1999 a 2002.

No Regulamento Interno da própria Federação e conforme nos termos do n.º 5 do Art.º 38 e do n.º 2 do Art.º 47º, realizaram-se Eleições no dia 2003/01/04.

Para que se desse continuação ao cargo no CRCN ao que muitos Clubes pretendem e anseiam o que para nós elementos da ADFA foi com grande Honra, Dignidade e Espírito de Campista que fizemos parte dos cargos acima descritos pela primeira vez, (visto que no cargo do CRCN sempre houve grande participação em todos os acampamentos realizados e demais eventos realizados pela FPC ños quais a ADFA sempre esteve presente na minha pessoa, (Carvalho). Ora a ADFA era divulgada e entendida por todos os campistas como sendo uma Associação de respeito e de mérito público). Chegado o período eleitoral na FPC entrei em contacto com a Direcção Nacional da ADFA, a saber se me propunham ou não à renovação do cargo, visto que a Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra não pode assumir, esta decisão sem consentimento da mesma DN. Não é só a secção de pesca que divulga a ADFA Delegação de Coimbra, o Campismo com o seu elemento no CRCN na Federação também o éramos reconhecidos. Dos contactos tidos no período eleitoral, para com a DN da ADFA; cheguei à triste conclusão de que houve jogo de "pingue-pongue" entre Lisboa e Coimbra, e, decisão nenhuma à dita renovação no cargo do CRCN da FPC...

Passado todo este tempo nunca quaisquer elemento da ADFA deram uma resposta ao assunto É triste, e vergonhoso!

Companheiros, foi através de Carta Convocatória dirigida à minha pessoa da Federação de Campismo, é que tomei conhecimento de que a ADFA não estava interessada em ter o seu asso-

ciado (Carvalho, n.º 6386) na próxima lista às eleições aos seus corpos gerentes. É triste, continuo a dizê-lo.

Depois de ter recebido a dita carta entrei em contacto com o Clube Mandatário, à lista dos elementos do Conselho RCN, informando-me de que um elemento da CA da Delegação de Coimbra tinha estado a saber se poderia haver algum problema em a secção de campismo fechar ou não, e se poderia haver problemas nos associados, Campistas? Não haverá! Foi pedido então ao elemento da ADFA que dentro das condições pretendidas pela FPC, se designavam um outro elemento para o Conselho. Voltando ao contacto mais tarde, este mesmo elemento da ADFA, dá conhecimento de que não tinham ninguém para o cargo a desempenhar no quadriénio 2003/2006 e nem recandidatavam o associado Carvalho.

É triste, e uma grande vergonha e desonra para a Associação, deixar de fazer parte dos Corpos Gerentes da Federação de Campismo. Não tendo outro elemento para os quadros da Federação.

Quanto ao nosso camarada Adelino Guerra foi substituído no cargo disciplinar devido a afazeres profissionais.

Companheiros, estamos mais tristes é de ver, com elementos destes à frente da nossa Associação, é como se dizia estamos a ficar irremediavelmente "S6S". •

António Carvalho

Nota da Direcção Nacional

Os factos descritos pelo associado António Carvalho carecem de uma explicação, que merecem antes de mais todos os associados da Delegação de Coimbra:

1. O associado Carvalho dirigiu-se durante o mês de Dezembro à Direcção Nacional no sentido de ser renovada a sua nomeação, pela ADFA, como membro da Comissão Regional do Centro Norte da Federação Portuguesa de Campismo (FPC).

2. A DN consultou a Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra sobre o assunto, e esta indagou junto da FPC sobre a necessidade ou interesse de ter um elemento nomeado pela ADFA nos seus órgãos sociais.

3. A FPC esclareceu que, em termos de apoio aos associados, a presença desse elemento era irrelevante, dado que a ADFA poderia continuar a prestar os mesmos serviços através da Delegação de Coimbra.

4. A única consequência seria que o elemento em causa deixaria de ter o estatuto de membro dos órgãos sociais da FPC, o que lhe permitiria, entre outras coisas, ser inspector de parques de campismo; ou seja, se prejuízo havia, era a título pessoal e não para a ADFA.

5. Face a esta situação e à posição da Comissão Administrativa, a DN achou mais prudente não propor a candidatura do associado Carvalho, por desnecessária, e ainda porque decorre neste momento uma auditoria às contas da Delegação,

Opinião

A "Guerra" Continua Viva

A "guerra" continua viva dentro de nós! Só assim se pode entender a situação vivida, na actualidade, por alguns antigos combatentes deficientes das Forças Armadas e não só!

Na actualidade "luta-se" por tudo e por nada e por vezes basta um boato e tudo vai atrás. A quem interessa manobrar as pessoas, levá-las para caminhos errados? A jogar pouco claro, que estão a querer levar os antigos combatentes em geral e os antigos combatentes deficientes das Forças Armadas, em particular, à desunião!

Algumas associações de combatentes e de deficientes permitem que alguns dos seus associados sejam levados para caminhos muito perigosos, que só conduzem a guerras, quando todos deviam estar imbuídos nas vias que conduzem à união e à paz.

A ADFA está a ter um papel de concórdia e a realizar acções na área do stress pós-traumático para pôr a Rede Nacional de Apoio a funcionar e a ser admitida ela também na Rede e por legítimo direito a organizar processos, não só pela sua competência mas pelos conhecimentos, pela sua grande experiência na área do associativismo, da deficiência e no mundo dos antigos combatentes.

Estão os centros de saúde, os hospitais, os técnicos de saúde com sérias dificuldades, por falta de condições de serviços, de tempo, humanas e outras, em reconhecer, de um momento para outro, quem esteve e onde na guerra, o que por lá passou e porque é que está doente, se tem ou não stress de guerra, qual é, ou foi, no fundo, a sua história militar e clínica, qual é ou foi o factor stressante que faz uns sofrer em silêncio, outros serem agressivos ou enveredarem pelo álcool, terem ideias suicidas, criando um mau ambiente familiar, com os amigos, fechando-se, torturando-se, sonhando e vivendo, com a guerra dentro de si. Estes traumas continuam a fazer sofrer, a matar e em certos casos causam impotência sexual, até pela toma de imensos medicamentos, drogas que os levam ao isolamento total, ao desemprego, sem apetite para o trabalho, tornando o lar num autêntico inferno que muitas vezes leva à separação, ao divórcio. E para aqueles que, como nós, sofrem e carregam no corpo os horrores que as guerras provocam a situação é muito mais delicada! Por isso, não basta dizer que foi a guerra, há que reconhecer quem tem stress de guerra, analisar bem quem está doente, ter muito cuidado com os oportunistas e tratar, encaminhar para análise e reconhecimento os verdadeiros casos, olhar, não só para os antigos combatentes, mas também para os ex-combatentes deficientes das Forças Armadas, que sofrem no corpo o peso da deficiência, do stress dessa mesma deficiência, tudo provocado pela guerra, que continua dentro de nós. A ADFA deve analisar e tratar as situações do stress e toda a legislação igualitária para todos os DFA. Até porque, não há meio de ver a "luz ao fundo do túnel" na abrangência do 134/97, de 31 de Maio, ao universo dos deficientes das Forças Armadas. Que fique claro, não há verba que pague as dores, o peso do stress, da deficiência! Por isso, se exige que seja feita justiça!

Promovam-se acções de sensibilização, de forma a que o Governo reconheça tudo que por direito é devido àqueles que lutaram e se deficientaram ao serviço da Pátria! Compete ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional o reconhecimento destes valores. •

JG

Protocolo ADFA/CASIFONE

A ADFA negociou com a Optimus condições especiais e exclusivas para os seus associados:

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas em adicional à oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer Boomerang, Livre, Zoom e Evolução, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

PROMOÇÃO SIEMENS FEVEREIRO 2002



Adquira qualquer destes modelos com a oferta extra de 1 Kit de viatura de isqueiro c/carregador e auricular

Oferta válida durante o mês de Fevereiro de 2002. Os preços indicados incluem IVA e desconto ADFA

Para mais informações contacte: Casifone - Rosa Jacinto Tel: 214358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telepac.pt



Cupão de encomenda

Sócio nº _____

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Código postal: _____

Equipamento pretendido

Marca: _____ Modelo: _____

Tarifário: _____ Evolução (nº antigo): _____

Juntar fotocópia de: cartão de sócio e cartão de contribuinte

Enviar para: Casifone, Lda. Av. José Elias Garcia, 174 2745-143 QUELUZ



Recado da enxó

António Carreiro

O meu avô sempre foi um pequeno trabalhador rural, por conta própria, em terras arrendadas que as posses nunca chegaram a proporcionar-lhe meios para as adquirir. Com a Segurança Social da época, acabou os seus dias cheio de força anímica mas sem dinheiro, na casa da minha mãezinha - aquela que o meu pai escolheu (plagiando a ideia de António Gedeão) das talvez 3000 em idade casadoira.

Lutador, trabalhador perseverante e diversificado, como o impunham as circunstâncias, era homem de sete ofícios, com brio em tudo o que fazia e orgulho de trabalhador qualificado em algumas áreas. Dele conservo algumas ferramentas, que me transportam à minha meninice rústica e de valores e princípios que me eram inculcados pela vivência diária e imperativos de encorajamento para a vida, que o tempo não era de grandes preleções.

Nelas vejo a alma de quem não desiste perante a adversidade e de quem sabe estar na vida com liberdade, com independência, com auto-estima mas, ao mesmo tempo, com um enorme respeito pelos outros. Foi saber estar com dignidade que me transmitiram e que revejo naquelas ferramentas. Mais do que reviver o passado, sinto-o realmente quando as utilizo.

A enxó (ferramenta de carpinteiro para desgaste de madeira), de silhueta escultural e poética, serviu há dias, quando foi preciso desgastar uma viga. Já há alguns anos, foi protagonista de um trabalho de educação visual e alcançou o melhor dos resultados, nos estudos de uma das minhas filhas.

Ao utilizá-la, desta vez, lembrei-me dos valores que tem consigo. Reflecti reflectidamente. E parece-me que a revolução da geração de 60, ainda hoje anda à procura de um norte de valores que já se vislumbra, mas indefinidamente. A liberdade, a integridade, o respeito de cada um e de todos por todos, têm de ser merecidos e conquistados no dia a dia. E, acima de tudo, mais do que pregar, e no deserto, é pela acção, pela postura individual, pelas atitudes e comportamentos que adoptamos, nas coisas mais insignificantes mas tão importantes, que assumimos a defesa do conteúdo desses valores.

A luta colectiva é, sem dúvida, imprescindível, porém, o recado da enxó, anciã de mais de cem anos, ainda com vigor e discernimento, diz-me que o que é fundamental é que cada um, em sua casa, pela sua acção individual, crie nos que o rodeiam o apego aos valores, pela dignidade que transpareça das suas atitudes e comportamentos.

Reflectam reflectidamente.

ELO

Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Secretaria de Estado da Administração Interna ADFA recebida em audiência

RAFAEL VICENTE



No dia 17 de Janeiro teve lugar uma audiência com o secretário de Estado da Administração Interna, Nuno Magalhães, na sede daquele Ministério, em Lisboa, com a presença do presidente, do 1º vice-presidente e do 1º secretário da DN, respectivamente Patuleia Mendes, Artur Vilares e Santa Clara Gomes, e de Alberto Pinto, da ADFACar.

A audiência decorreu num ambiente de cordialidade, tendo sido tratados diversos assuntos do âmbito do Ministério. Salientam-se os problemas com a obtenção da nacionalidade ou de autorização permanente de residência por parte dos nossos associados africanos, sem a qual os processos não podem ter andamento.

O secretário de Estado foi sensibilizado para as actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, nomeadamente: sobre o papel dos Governos Cívicos e das Autarquias; sobre o problema da falta de estaciona-

mentos reservados aos deficientes, e o desrespeito pelos já existentes, bem como a forma de contrariar essa situação; a necessidade de informação dos direitos dos deficientes consignada no Código de Estrada, de forma a dar-lhes mais ênfase, nomeadamente durante a instrução e nos questionários dos exames de condução; sobre os problemas com as acessibilidades dos serviços públicos e das áreas de serviço, sobretudo no abastecimento

de combustíveis; sobre a adopção de um cartão europeu identificador de pessoa com deficiência; sobre a vulnerabilidade da pessoa deficiente, e o direito ao uso e porte de arma de defesa; e sobre as questões levantadas com a realização do Euro 2004.

A DN alertou Nuno Magalhães para as questões das acessibilidades nos estádios e zonas de apoio durante o Euro 2004, para que o campeonato da Europa não iniba a presença de ninguém pelo facto da existência de barreiras arquitectónicas.

Para a DN, "resta salientar que a disponibilidade do MAI para as questões colocadas foi imediata, tendo o secretário de Estado indicado à DN que coloque algumas das questões apresentadas junto da Direcção Geral de Viação, a qual iria ser contactada para o efeito por um assessor seu, presente na audiência".

NSC

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

Direcção Nacional Comunicado à Imprensa

DELEGAÇÃO DO PORTO



A Direcção Nacional e as direcções das delegações, em reunião de executivos realizada no Porto, no dia 11 de Janeiro, aprovou o seguinte comunicado à imprensa:

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), face à difusão junto de instâncias políticas e de órgãos de comunicação social de um documento subscrito por um grupo de deficientes militares reclamando-se de representante da ADFA, vem por este meio esclarecer que o único órgão que estatutariamente representa esta Associação é a sua Direcção Nacional.

Deste modo, quaisquer documentos ou tomadas de posição que não sejam por ela subscritos não vinculam, por qualquer forma, a Associação.

Porto, 11 de Janeiro de 2003"

O presidente da Direcção Nacional
Cândido Manuel Patuleia Mendes



RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA